



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC

TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Campus Santo Ângelo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO DO
AGRONEGÓCIO

Atos autorizativos

Resolução *Ad Referendum* CONSUP n.º 008/2017, homologada pela Resolução CONSUP n.º 032/2017, aprova a criação do curso.

Resolução CONSUP n.º 042/2017 aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza seu funcionamento.

Resolução CONSUP n.º 089/2022 aprova ajuste curricular no Projeto Pedagógico do Curso.

Campus Santo Ângelo – RS
2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Nídia Heringer

Reitora

**Patrícia Alessandra Meneguzzi Metz
Donicht**

Pró-Reitora de Ensino

Ângela Maria Andrade Marinho

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Carlos Rodrigo Lehn

Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional

Mirian Rosani Crivelaro Kovhault

Pró-Reitora de Administração

Adilson Ribeiro Paz Stamberg

Diretor Geral do *Campus*

Mariéli Terezinha Krampe Machado

Diretora de Ensino do *Campus*

Andressa Peripolli Rodrigues

Coord. Geral de Ensino do *Campus*

Manuela Sulzbach Rodrigues

Coordenadora do Curso

Equipe de elaboração

Núcleo Docente Estruturante - NDE

Colaboração Técnica

Assessoria Pedagógica do *Campus*

Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisora Textual

Thaiane da Silva Socoloski

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO	6
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL	7
2.1.	Histórico da Instituição.....	7
2.2.	Justificativa de oferta do curso	9
2.3.	Objetivos do Curso	12
2.3.1.	Objetivo Geral	12
2.3.2.	Objetivos Específicos.....	12
2.4.	Requisitos e formas de acesso	12
3.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	13
3.1.	Políticas de Ensino	13
3.2.	Políticas de Pesquisa e de Inovação	14
3.3.	Políticas de Extensão	15
3.4.	Políticas de Atendimento ao Discente	16
3.4.1.	Assistência Estudantil.....	16
3.4.2.	Atividades de Nivelamento	17
3.4.3.	Atendimento Pedagógico e Social.....	17
3.4.4.1.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	19
3.4.4.2.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	20
3.4.4.3.	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).....	20
3.4.5.	Programa Permanência e Êxito (PPE).....	21
3.5.	Acompanhamento de Egressos	21
3.6.	Mobilidade Acadêmica	22
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
4.1.	Perfil do Egresso	22
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso	23
4.2.	Metodologia	24
4.3.	Organização curricular.....	26
4.4.	Matriz Curricular.....	28
4.4.1.	Pré-Requisitos	30
4.4.2.	Representação gráfica do processo formativo.....	30
4.5.	Prática Profissional	31
4.5.1.	Prática Profissional Integrada	31
4.5.2.	Estágio Curricular Supervisionado.....	32
4.6.	Curricularização da Extensão.....	33

4.7.	Trabalho de Conclusão de Curso	34
4.8.	Atividades Complementares de Curso	34
4.9.	Disciplinas Eletivas.....	36
4.10.	Avaliação.....	37
4.10.1.	Avaliação da Aprendizagem	37
4.10.2.	Autoavaliação Institucional	38
4.10.3.	Avaliação do Curso	39
4.11.	CrITÉrios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores.....	39
4.12.	CrITÉrios e procedimentos de certificaçŁo de conhecimento e experiŁncias anteriores..	39
4.13.	ExpediçŁo de Diploma e Certificados	40
4.14.	EmentÁrio	40
4.14.1.	Componentes curriculares obrigatŁrios.....	40
4.14.2.	Componentes curriculares eletivos.....	61
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	69
5.1.	Corpo Docente atuante no curso	69
5.2.	AtribuiçŁes da CoordenaçŁo de Curso	70
5.3.	AtribuiçŁes do Colegiado de Curso	70
5.4.	Núcleo Docente Estruturante.....	71
5.5.	Corpo Técnico Administrativo em EducaçŁo.....	71
5.6.	PolíticŁs de capacitaçŁo de Docentes e Técnicos Administrativos em EducaçŁo	72
6.	INSTALAÇŁES FÍSICAS.....	73
6.1.	Biblioteca	73
6.2.	Áreas de ensino específicas.....	73
6.3.	LaboratŁrios	74
6.4.	Áreas de esporte e convivŁncia.....	75
6.5.	Áreas de atendimento ao discente	75
7.	REFERÊNCIAS.....	76
8.	ANEXOS	79
8.1.	ResoluçŁes.....	79
8.2.	Regulamentos.....	83
	- Regulamento de EstÁgio Curricular Supervisionado ObrigatŁrio	83

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio

Grau: Tecnologia

Forma de oferta: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de Criação do curso: Resolução CONSUP n.º 032/2017

Quantidade de Vagas: 35 anuais

Turno de oferta: Noturno

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: por componente curricular

Carga horária total do curso: 2.520 horas

Carga horária de Atividade Complementar de Curso (ACC): 240 horas

Carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: 120 horas

Trabalho de Conclusão de Curso: Não

Tempo de duração do Curso: 6 semestres

Tempo máximo para Integralização Curricular: 10 semestres

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo – RS 218, Km 05 - Indúbras CEP 98806-700, Santo Ângelo, RS.

Coordenadora do Curso: Manuela Sulzbach Rodrigues

Contato da Coordenação do curso: coordtga.san@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei n.º 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com a sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IFFar teve na sua origem quatro *campi*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

Nos anos seguintes à sua criação, o IFFar passou por uma grande expansão com a criação de seis novos *campi*, um *campus* avançado, a incorporação de uma unidade de ensino federal à instituição, além da criação de Centros de Referência e atuação em Polos de Educação a Distância. No ano de 2010, foram criadas três novas unidades: *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa e *Campus* São Borja; no ano de 2012, o Núcleo Avançado de Jaguari, ligado ao *Campus* São Vicente do Sul, foi transformado em *Campus*; em 2013, foi criado o *Campus* Santo Ângelo e implantado o *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014 foi incorporado ao IFFar o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a se chamar *Campus* Frederico Westphalen, e também foram criados oito Centros de Referência, dos quais encontram-se ainda em funcionamento dois deles, um situado em Santiago, que está vinculado ao *Campus* Jaguari, e outro em São Gabriel, vinculado ao *Campus* Alegrete. Assim, o IFFar é constituído por dez *campi* e um *Campus* Avançado e ofertada cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses *campi* e Centros de Referência, o IFFar atua em outras cidades do Estado, a partir de Polos de Educação que ofertam cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

A sede do IFFar, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre as unidades de ensino. Enquanto autarquia, o IFFar possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, a partir de organização pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Os Institutos Federais, de acordo com a sua Lei de criação, são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

O *Campus* Santo Ângelo teve, em novembro de 2010, os primeiros passos para a sua implantação. Esse foi um momento de reuniões entre o Prefeito Municipal, a Comissão local Pró-implantação do IF Farroupilha, membros da Reitoria do Instituto (Reitor e Pró-Reitores) e o Secretário Nacional do Ensino Técnico Federal Prof. Eliezer Pacheco, a fim de incluir Santo Ângelo na 3ª fase da expansão. Assim, assinou-se um protocolo de intenções Pró-implantação.

O resultado das sucessivas reuniões e audiências públicas culminou na decisão de contemplar Santo Ângelo com a implantação do Campus em uma área de 50 ha. Essa área, que foi doada pelo município de Santo Ângelo, está localizada à margem da RS 218.

Após a definição da implantação, iniciou-se a fase de decisão dos cursos a serem ofertados. Dessa forma, na busca de sintonia com necessidades e potencialidades de desenvolvimento regional, os eixos tecnológicos de atuação do Campus foram definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da comunidade. A opção foi pelos eixos tecnológicos: Recursos Naturais, Ambiente e Saúde além de Informação e Comunicação.

Passadas essas fases, no dia dezenove de dezembro de 2012 foi realizado o ato de lançamento da Pedra Fundamental do IF Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*, com a presença de autoridades locais e da Reitora Professora Carla Comerlato Jardim.

Ressalta-se, ainda, que as comissões envolvidas verificaram a possibilidade de o Instituto iniciar as suas atividades antes do término das obras dos prédios em construção na área doada. Para tanto, a prefeitura disponibilizaria um espaço. Por conseguinte, a prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (SMED), por meio de um termo de cooperação cedeu o prédio onde funciona o Centro do Conhecimento. Com isso posto em prática, o Instituto ofereceu, no ano de 2014, dois cursos subsequentes: Gerência de Saúde e Informática para Internet.

Em 2015, o *Campus Santo Ângelo* do Instituto Federal Farroupilha iniciou suas atividades em sede própria à RS 218 Km 5. Atualmente, oferece cursos nos eixos de Ambiente e Saúde, Informação e Comunicação, Recursos Naturais, Gestão e Negócios e área de Ciências Humanas.

No Eixo de Ambiente e Saúde: Técnico em Enfermagem e Técnico em Estética na modalidade PROEJA e, em 2019, o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética.

No Eixo de Informação e Comunicação: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado (em suspensão), Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Computação, em 2022 o curso Técnico em Informática Integrado e o Curso de Especialização em Computação Aplicada ao Desenvolvimento de Sistemas - *Lato Sensu*.

No Eixo de Recursos Naturais: Técnico em Agricultura Integrado e, em 2018, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

No Eixo Gestão e Negócios: Técnico em Administração Integrado, em 2019.

Na área de Ciências Humanas, em 2022, o *Campus* passou a oferecer o Curso de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional EAD, enquanto polo de funcionamento.

Em 2017, houve a constituição do Diretório Acadêmico do *Campus Santo Ângelo*, trabalho que visa atender aos interesses dos estudantes do Ensino Superior junto à instituição, com a finalidade de planejar atividades direcionadas para a melhoria da qualidade do ensino superior, com base em projetos de ensino, de pesquisa e

de extensão. Nesse ano, também houve consulta pública para eleição da denominação da biblioteca, a qual foi intitulada Biblioteca Érico Veríssimo.

O Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo desenvolve ações de ensino, de pesquisa e de extensão sempre com o objetivo de atender aos anseios da comunidade. Conta, atualmente, com 99 servidores, além de uma equipe de colaboradores terceirizados.

O *Campus* Santo Ângelo está em fase de expansão e há investimento em infraestrutura, bem como na qualificação do seu quadro de servidores.

2.2. Justificativa de oferta do curso

Os Institutos Federais foram criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e têm como objetivo ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Visam, ainda, desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Os Cursos Superiores de Tecnologia representam uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira, uma vez que o progresso tecnológico vem causando profundas alterações nos modos de produção, na distribuição da força de trabalho e na sua qualificação.

O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, conforme Regionalização proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se na Microrregião Santo Ângelo, composta por 16 municípios. Faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões, que abrange um total de 25 municípios. Essas unidades administrativas apresentam uma série de similaridades socioculturais e econômicas entre si, bem como com aquelas pertencentes às microrregiões limítrofes (Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro).

As bases econômicas da Microrregião Santo Ângelo são marcadas pela agricultura (cultivo de soja, milho, trigo, frutíferas e hortigranjeiros), pela criação de bovinos, aves e suínos e por atividades produtivas correlacionadas, além de indústria, comércio, prestação de serviços e turismo. A Região das Missões é marcada pela diversidade cultural, social e econômica. Tal diversidade pode ser observada no meio rural, onde existem atividades agrícolas ligadas ao modelo empresarial/patronal, com uma variedade de formas e organização de produção familiar. As unidades familiares de produção contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que não ultrapassa a contribuição da própria família. Essas propriedades são responsáveis pelo maior percentual de ocupação da população residente no espaço rural. Esse espaço vem sofrendo um esvaziamento demográfico, no entanto, bem como um processo de envelhecimento e “masculinização” nas mais diversas escalas de análise, indo do local ao global.

Na Microrregião Santo Ângelo, menos de 25% da população ainda reside no meio rural; já no município de Santo Ângelo, apenas 5,9% da população ainda reside no meio rural, o que torna clara a necessidade de uma proposta de Educação que pense e discuta essa realidade e possa contribuir para a

redução do êxodo rural e da melhoria na qualidade de vida no campo. Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a estrutura fundiária da Região Missioneira possui um Módulo Fiscal de 20 hectares. No município de Santo Ângelo, por exemplo, mais de 70% das propriedades não atingem 20 hectares, são minifúndios; e, de acordo com as características naturais, sociais e produtivas da Região, essa área é menor do que o mínimo necessário para que ocorra a reprodução social, ou seja, para que se dê o desenvolvimento em todas as suas dimensões para os agentes envolvidos.

Diante desse contexto socioeconômico, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) de Santo Ângelo/RS, quadriênio 2018 – 2021, coordenado pela Secretaria Municipal da Agricultura, Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Conselho de Desenvolvimento Agropecuário (COMDASA), com a colaboração de órgãos e entidades sociais e educacionais incluindo o IFFarroupilha *Campus* Santo Ângelo, tem como objetivo: “indicar dados e cenários do meio rural e agrícola do município, junto com uma análise e avaliação da situação atual para apontar as atividades e ações que sejam prioritárias para o desenvolvimento do meio rural, tanto nos aspectos econômicos, como nos aspectos sociais e ambientais” (PMDR, 2017). Esse plano prevê, para o período, investimentos nas áreas de: Piscicultura, Ovinocultura e Caprinocultura, Pecuária de Corte e Leite, Avicultura familiar de Corte e Postura, Suinocultura, Vitivinicultura, Produção de Feno, Grãos, Mel, Hortigranjeiros, Agroindústria Familiar, Turismo Rural, incentivo ao jovem no meio rural, Silvicultura em consórcio com Pecuária e Lavoura, Melhoramento de Solo e Fontes de Energias Alternativas.

O desenvolvimento do agronegócio na Região das Missões envolve um conjunto de instituições do município de Santo Ângelo e da região, das esferas municipal, estadual e federal que unem esforços em direção ao fortalecimento dessa área relevante, que impulsiona o desenvolvimento social e econômico. O agronegócio, é uma vocação rio-grandense histórica, é também uma marca da região missioneira, considerando que a economia local gira em torno de várias culturas, em especial a soja, o trigo, o milho, a produção de hortifrutigranjeiros, a cadeia produtiva do leite, entre outras, e a agropecuária com expressivos números.

O município de Santo Ângelo, até o ano de 2016, contava com vinte e quatro associações de produtores, com maior suporte na comercialização do excedente produtivo, tanto junto ao comércio local (mercados e feiras de produtores organizadas nas praças e avenidas) quanto junto aos programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem contratos com mais de 115 produtores rurais. Certamente, para pensar o desenvolvimento da região, é necessário incentivar alternativas de integração da produção, a partir das potencialidades e cadeias produtivas locais, que permitam o aproveitamento dos produtos e subprodutos dos sistemas de produção existentes, objetivando a diminuição de custos, a redução de insumos externos aos sistemas locais e a proteção dos recursos naturais. A escolha de uma cadeia produtiva deve estar diretamente ligada ao processo histórico de ocupação, às condições macro ambientais, bem como à capacidade que tem de oferecer resposta aos interesses dos produtores e das empresas voltadas ao agronegócio.

Tendo-se em vista o perfil produtivo regional, no qual destaca-se a região Noroeste do Estado devido à produção de grãos, justifica-se a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio no Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo por promover a profissionalização gerencial que capacita o

profissional do agronegócio para o aperfeiçoamento da gestão das atividades agropecuárias desenvolvidas. Deste modo, o tecnólogo em Gestão do Agronegócio diferencia-se dos profissionais capacitados a atuar apenas no setor de produção, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região através do aperfeiçoamento de empreendimentos do agronegócio.

A oferta de recursos do eixo de Recursos Naturais é oriunda da demanda de audiências públicas realizadas com a comunidade quando da implantação do *Campus Santo Ângelo*. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2014-2018), no que diz respeito ao *Campus Santo Ângelo*, ficou definido que para a oferta de cursos de graduação seria realizado um estudo mais aprofundado das potencialidades da região. A partir de estudos realizados, observou-se que há a necessidade de formar pessoas que tenham conhecimento na área de produção, com foco na gestão em atividades agroindustriais. O IFFar *Campus Santo Ângelo* oferta, então, o Curso Técnico em Agricultura desde 2016 e propôs a verticalização do eixo por meio da oferta, em 2018, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tem enfoque na gestão sistêmica da produção agrícola; na definição de mercados estratégicos; na atuação desde a produção, a gestão, a distribuição até o processamento dos produtos do campo, buscando a sustentabilidade da agricultura familiar, patronal e empresarial da região; no planejamento e na implantação de arranjos produtivos locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional.

Considerada uma das profissões do futuro, o profissional de agronegócios contribui expressivamente para a economia brasileira, sendo destaque na balança comercial e no fornecimento de alimentos ao mercado nacional e internacional. Cada vez com mais espaço no setor, esse profissional viabiliza soluções tecnológicas competitivas para melhorar a produção das lavouras e aperfeiçoar a produtividade da criação.

As ações de Ensino e de Pesquisa nessa área podem, através da Extensão, gerar uma relação de socialização de saberes e conhecimentos entre a Instituição, o meio rural, a indústria e o comércio voltado ao agronegócio, por meio de atividades que fortaleçam esses vínculos, como dias de campo e estágios. Nessa perspectiva, os sujeitos estão no centro do modelo de desenvolvimento, visando à construção de uma identidade organizacional focada na gestão e no empreendedorismo cooperativado, sem se dissociar da visão ambiental, guiada pelos princípios da agroecologia e da sustentabilidade. Assim, tem-se a preocupação de formar um sujeito com percepção crítica e criativa, com dinamismo para atuar na melhoria da condição socioeconômica dos produtores e das empresas rurais, possibilitando a sucessão e a manutenção das novas gerações no campo, além de preservar e de fortalecer as características culturais das etnias do município e região.

Na organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, temas como ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, administração rural, normas técnicas e de segurança são abordados. O profissional deverá atuar como agente de desenvolvimento em seu espaço socioprofissional de forma humanística, criativa e empreendedora, estabelecendo uma visão sistêmica com capacidade de diagnosticar a realidade do processo de desenvolvimento rural, intervindo na realidade e transformando-a. Também deverá ser capaz de propor alternativas para a superação dos gargalos no âmbito das cadeias produtivas, na busca de ações estratégicas

para o agronegócio. O IF Farroupilha *Campus* Santo Ângelo propõe o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio sintonizado com a identidade regional e com as tendências do mundo do trabalho, considerando o potencial produtivo da comunidade na qual esse *Campus* tem abrangência. O IFFar afirma, pois, a sua missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

Os primeiros egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do *Campus* Santo Ângelo concluíram o curso em 2020. Em 2022, o curso passou por avaliação de reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) obtendo conceito máximo (5), o que comprovou a qualidade das diferentes dimensões avaliadas: estrutura, corpo docente e organização didático-pedagógica.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais capazes de compreender as bases técnico-científicas, sociais, econômicas e ambientais do agronegócio de forma a desenvolver uma visão sistêmica das cadeias produtivas, propondo soluções inovadoras para as questões agropecuárias e agroindustriais, e capazes de atuar de maneira interdisciplinar em Instituições Públicas ou Privadas, com vistas a promover o desenvolvimento regional.

2.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Propiciar o conhecimento das teorias produtivas e administrativas do agronegócio;
- Capacitar os profissionais para viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de alternativas nas atividades das diversas cadeias produtivas do agronegócio;
- Desenvolver o conhecimento sobre as cadeias produtivas dos setores agrícola, agropecuário, agroindustrial e sobre os fatores que afetam seu desempenho;
- Disponibilizar aos profissionais as ferramentas de gestão e empreendedorismo, nas diversas etapas dos processos produtivos;
- Oportunizar o desenvolvimento regional e a integração social com a comunidade;
- Incitar uma cultura profissional voltada à pesquisa, extensão e inovação;
- Desenvolver a interação entre a comunidade escolar e a comunidade externa nos processos de ensino e de aprendizagem.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e que participe da seleção prevista pela Instituição. Os cursos de graduação do IFFar seguem regulamentação institucional própria quanto aos requisitos e formas de acesso, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP) por meio de Resolução.

Anualmente, é lançado um Edital para o ingresso nos Cursos de Graduação, sob responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo, o qual contempla de maneira específica cada curso, os critérios seletivos, a distribuição de vagas de acordo com a Política de Ações Afirmativas, as vagas de ampla concorrência e os percentuais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme legislação em vigência. Essas informações são atualizadas de acordo com a Resolução do CONSUP que aprova o Processo Seletivo e, assim como o Edital do Processo Seletivo do ano vigente, pode ser encontrada no Portal Institucional do IFFar.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação desenvolvidas no âmbito do curso estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso. Ao se falar sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cabe ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo norteador fundamental: atingir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

3.1. Políticas de Ensino

O ensino proporcionado pelo IFFar é ofertado por meio de cursos e de programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior (de graduação e de pós-graduação) desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão. O currículo é fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

A instituição oferece, além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, o financiamento a Projetos de Ensino por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN). Esse programa promove atividades de ensino extracurriculares, visando ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, por meio de ações de ensino, projetos de ensino e projetos de monitoria, nos quais os estudantes participantes podem atuar como bolsistas, monitores ou público-alvo, de forma a aprofundar conhecimentos.

Ações de Ensino - constituem-se em ações pontuais de formação como palestras, encontros, oficinas, cursos, minicursos, jornadas, entre outros, com vistas a contemplar temáticas pertinentes à formação acadêmica.

Projetos de Ensino – constituem-se por conjuntos de atividades desenvolvidas externamente à sala de aula, não computadas entre as atividades previstas para cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso. Os projetos visam à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação e são

destinados exclusivamente à comunidade interna, com o envolvimento obrigatório de discentes como público-alvo.

Projetos de Monitoria – a monitoria se constitui como atividade auxiliar de ensino direcionada à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFar. Tem como objetivos auxiliar na execução de programas e de atividades voltadas a apoiar o corpo docente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de material didático, bem como prestar apoio aos estudantes que apresentem dificuldade de aprendizagem em componentes curriculares.

3.2. Políticas de Pesquisa e de Inovação

A pesquisa pressupõe a interligação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a busca de soluções. A pesquisa deve vir ancorada em dois princípios: o científico, que se consolida na construção da ciência, e o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. A organização das atividades de pesquisa no IFFar pode ser melhor definida a partir de três conceitos estruturantes, conforme segue:

- Projetos de pesquisa – As atividades de pesquisa são formalizadas e registradas na forma de projetos de pesquisa com padrões institucionais, seguindo as normas nacionais vigentes. Todo o projeto deve estar vinculado a um grupo de pesquisa.

- Grupos de pesquisa – As pessoas envolvidas diretamente nas atividades de pesquisa (pesquisadores) são organizadas na forma de grupos de pesquisa. Os grupos, por sua vez, são estruturados em linhas de pesquisa que agregam pesquisadores experientes e iniciantes, bem como estudantes de iniciação científica e tecnológica. Todos os grupos de pesquisa são chancelados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Financiamento – Um dos maiores desafios, o financiamento de projetos de pesquisa, se dá de diferentes formas:

- a) recursos institucionais para custeio das atividades de pesquisa, bem como manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa;

- b) bolsas institucionais de iniciação científica ou tecnológica para estudantes de ensino técnico e superior (graduação e pós-graduação);

- c) bolsas de iniciação científica ou tecnológica para estudantes, financiadas por instituições ou agências de fomento à pesquisa (ex.: FAPERGS, CNPq, CAPES, entre outras);

- d) recursos para custeio e apoio a projetos e bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes, financiados por entidades ou instituições parceiras, via fundação de apoio.

De maneira a contribuir diretamente no desenvolvimento econômico e social, e na superação de desafios locais, o IFFar, junto de sua política de pesquisa, busca desenvolver ações voltadas ao empreendedorismo e à inovação articulados com os setores produtivos, sociais, culturais, educacionais, locais, etc.

O IFFar conta com os seguintes Programas de apoio ao empreendedorismo e inovação:

- Programa de incentivo à implantação de empresas juniores – Objetiva o apoio e o financiamento de ações de implantação de empresas juniores nos *campi* do IFFar;
- Programa de apoio à implantação de unidades de incubação nos *campi* – Busca oferecer recursos para a implantação de unidades incubadoras nos *campi*, vinculados à seleção de empreendimentos para a incubação interna no IFFar;
- Programa de apoio a projetos de pesquisa aplicada e inovação – Fornece suporte a projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada ou de extensão tecnológica que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico cooperados entre o IFFar e as instituições parceiras demandantes. Visa a incentivar a aproximação do IFFar com o setor produtivo, gerando parcerias para o desenvolvimento de inovações em produtos ou processos além de inserir o estudante no âmbito da pesquisa aplicada e aproximá-lo do setor gerador de demandas.

3.3. Políticas de Extensão

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Sendo assim, promove a interação transformadora entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Para isso, o IFFar assume uma política de extensão baseada nos princípios da inovação e do empreendedorismo, articulando o saber fazer à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, comprometida com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e com a transformação social.

Os programas institucionais de extensão visam viabilizar a consecução das Políticas de Extensão e encontram-se organizados da seguinte forma:

- Programa de Arte e Cultura – Visa a reconhecer e a valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira no âmbito das regiões de atuação do IFFar, bem como valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais, promover o direito à memória, ao patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, propiciando o acesso à arte e à cultura às comunidades. As linhas de extensão são artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, mídias, música e patrimônio cultural, histórico e natural.
- Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha – PIADIFF – Almeja o desenvolvimento de ações de Extensão na faixa de fronteira que fomentem a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de suas populações, permitindo a troca de conhecimentos e mobilidade acadêmica/intercâmbios.
- Programa Institucional de Inclusão Social – PIISF – Tem como finalidade desenvolver ações de extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social no meio urbano e rural, utilizando-se das dimensões operativas da extensão como forma de ofertar cursos/projetos de geração de trabalho e renda, promoção de igualdade racial, de gênero e de pessoas com deficiência, inclusão digital e segurança alimentar/nutricional.

- Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE – Conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Os programas acima descritos buscam estimular a participação de servidores docentes e técnico-administrativos em educação em ações de extensão bem como dos discentes, proporcionando o aprimoramento da sua formação profissional. Ao mesmo tempo, constituem-se em estratégias de interação com os diferentes segmentos da comunidade local e regional, visando à difusão de conhecimentos e ao desenvolvimento tecnológico.

Além dos programas, a extensão também está presente nos cursos de graduação por meio da estratégia de curricularização da extensão, em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, que define o mínimo de 10% da carga horária total do curso para o desenvolvimento de atividades de extensão. No IFFar, a curricularização da extensão segue regulamentação própria, alinhada à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, a qual é atendida no âmbito deste PPC.

Os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio são estimulados a participar dos projetos e das atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividades complementares, conforme normativa prevista neste PPC.

3.4. Políticas de Atendimento ao Discente

No IFFar, são desenvolvidas políticas de atendimento ao estudante em diversas áreas com vistas a assegurar o direito à educação, destacando-se as de assistência estudantil, atendimento pedagógico, psicológico e social, atividades de nivelamento, oportunidades para mobilidade acadêmica, ações inclusivas e Programa Permanência e Êxito (PPE).

3.4.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IFFar é constituída por um conjunto de ações que têm como objetivo garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos nos espaços institucionais. A instituição, atendendo o Decreto n.º 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou, por meio da Resolução n.º 12/2012, a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e os eixos que norteiam programas e projetos desenvolvidos nos seus *Campi*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IFFar e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações no processo de gestão democrática.

Para cumprir com os seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa

de Atenção à Saúde; entre outros. Dentro de cada um desses programas, existem linhas de ações como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio eventual, auxílio atleta, apoio financeiro à participação em eventos e moradia estudantil, este último em alguns campi) prioritariamente àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações são concebidos como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para esse fim. Para o desenvolvimento das ações, cada *Campus* do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados a acesso, permanência, sucesso e participação de discentes no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Santo Ângelo é composta por uma equipe mínima de dez servidores, incluindo Assistente Social, Técnica em Assuntos Educacionais, Nutricionista, Médica, Odontóloga, Enfermeira, Técnico em Enfermagem e três Assistentes de Aluno. Quanto à sua infraestrutura, o refeitório, a sala de convivência e o espaço para as organizações estudantis estão em processo de implantação.

3.4.2. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento as ações de recuperação de aprendizagens e o desenvolvimento de atividades formativas que visem a revisar conhecimentos essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Apresentadas como atividades extracurriculares, visam sanar algumas dificuldades de acompanhamento pedagógico no processo escolar anterior à entrada no curso, considerando as diferentes oportunidades/trajetórias formativas. Tais atividades serão asseguradas aos estudantes, por meio de:

I - disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;

II - projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do NPI, voltados para conteúdos ou temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores de graduação;

III - programas de educação tutorial, incluindo monitoria, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

e IV - demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares, que visem subsidiar ou sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

3.4.3. Atendimento Pedagógico e Social

O IFFar *Campus* Santo Ângelo possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico e social dos estudantes, incluindo pedagoga, assistente social, técnica em assuntos educacionais e assistente de alunos. A partir do organograma institucional, esses profissionais atuam em setores como: Coordenação de

Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas e Ações Afirmativas (CAA) e Setor de Assessoria Pedagógica (SAP), os quais desenvolvem ações que têm como foco o atendimento a discente.

O atendimento compreende atividades de orientação e de apoio ao processo de ensino e de aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação do processo. As atividades de apoio psicológico, pedagógico e social atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Os estudantes com necessidades especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pela Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE) que visa oferecer suporte ao processo de ensino e de aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades desses sujeitos.

O *campus* também estimula os servidores a realizarem projetos com foco na permanência e no êxito. Ações dessa natureza tem conseguido desempenhar atividades em diferentes áreas: saúde, esporte, orientação educacional e são um importante instrumento para o acompanhamento dos estudantes dos diferentes cursos.

3.4.4. Ações Inclusivas e Ações Afirmativas

Entende-se como inclusão o conjunto de estratégias voltadas à garantia do permanente debate e da promoção de ações, programas e projetos para garantia do respeito, do acesso, da participação e da permanência com qualidade e êxito de todos e todas no âmbito do IFFar.

O IFFar prioriza ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos e relações, com vistas à garantia de igualdade de condições e de oportunidades educacionais, de acordo com a Política de Diversidade e Inclusão:

I - Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas (NEE):

- a) pessoa com deficiência;
- b) pessoa com transtorno do espectro do autismo;
- c) pessoa com altas habilidades/superdotação; e,
- d) pessoa com transtornos de aprendizagem.

II – relações que envolvem gênero e diversidade sexual; e,

III – relações étnico-raciais.

Para a efetivação da educação inclusiva, o IFFar tem como referência a Política Institucional de Diversidade e Inclusão, aprovada por meio da Resolução Consup nº 79/2018, a qual compreende ações voltadas para:

I - preparação para o acesso;

II - condições para o ingresso; e,

III - permanência e conclusão com sucesso.

Além disso, a instituição prevê a certificação por terminalidade específica, a oferta de Atendimento Educacional Especializado, flexibilizações curriculares e o uso do nome social, os quais são normatizados por meio de documentos próprios no IFFar.

A Política de Ações Afirmativas do IFFar constitui-se em um instrumento de promoção dos valores democráticos de respeito à diferença, à diversidade socioeconômica e étnico-racial e das condições das pessoas com deficiência (PcD), mediante a ampliação do acesso aos cursos e o acompanhamento do percurso formativo na Instituição, com a adoção de medidas que estimulem a permanência nos cursos, por meio da Resolução Consup nº 22/2022.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Diversidade e Inclusão do IFFar, o *Campus Santo Ângelo* conta com a Coordenação de Ações Afirmativas (CAA) que abarca os seguintes Núcleos: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), com a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), que conta com o apoio do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/pedagógicos – NEAMA do IFFar, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos acessíveis.

A CAA tem como objetivos estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de estudantes e servidores, com foco nas relações étnico-raciais e de gênero e diversidade sexual, bem como demarcar uma postura institucional de prevenção e de combate à discriminação, ao racismo e à violência de gênero.

A CAPNE tem como objetivos estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de pessoas com NEE, demarcando uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao capacitismo.

3.4.4.1. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI tem os objetivos de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de estudantes e servidores, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de afrodescendentes e indígenas; e de demarcar uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao racismo.

Nessa perspectiva, o NEABI, como núcleo propositivo e consultivo, tem as competências de:

- subsidiar a CAA, apresentando demandas, sugestões e propostas que venham a contribuir com as questões relativas à inclusão, com foco nas relações étnico-raciais e nas políticas afirmativas;
- propor momentos de capacitação para servidores e comunidade em geral sobre a temática da inclusão, com foco nas relações étnico-raciais e nas políticas afirmativas;
- apoiar as atividades propostas pelos servidores para inclusão, com foco nas relações étnico-raciais;
- participar da elaboração de projetos que visem à inclusão, com foco nas relações étnico-raciais; e,
- trabalhar de forma colaborativa com os demais núcleos inclusivos dos *campi*.

No *Campus Santo Ângelo*, o NEABI é composto pelos seguintes membros: um servidor docente efetivo, um servidor técnico-administrativo em educação efetivo e um estudante regularmente matriculado na unidade.

3.4.4.2. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes em currículos, espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e de aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com o intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão de todos na educação.

No *Campus Santo Ângelo*, o NUGEDIS é composto pelos seguintes membros: dois docentes, dois membros da CAE e dois Técnicos Administrativos em Educação.

3.4.4.3. Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O NAPNE tem como objetivo o apoio educacional aos discentes com necessidades específicas, os quais frequentam os diversos cursos de nível médio, técnico e superior, presencial e à distância do IFFar. Essa atividade requer o acompanhamento, visando garantir acesso e permanência através de adequações e/ou adaptações curriculares, construção de tecnologias assistivas e demais materiais pedagógicos. Acompanhar a vida escolar desses estudantes e estimular as relações entre instituição escolar e família, auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem como mediador entre docentes, estudantes e gestores são atividades fundamentais dos participantes do NAPNE para garantir a inclusão em nosso Instituto.

São atribuições do NAPNE:

- apreciar os assuntos concernentes: à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;
- atender pessoas com necessidades educacionais específicas no campus;
- revisar documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno e externo;
- promover eventos que envolvam sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

- articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; e,
- prestar assessoramento aos dirigentes do Campus do IFFar em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEs.

No *Campus Santo Ângelo*, o NAPNE é composto pelos seguintes membros: um servidor docente efetivo, um docente de Educação Especial, um servidor técnico-administrativo em educação efetivo e um estudante regularmente matriculado na unidade.

3.4.5. Programa Permanência e Êxito (PPE)

Em 2014, o IFFar implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução Consup n.º 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas de evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e de retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IFFar institui em seus *campi* ações como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IFFar trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010). Assim, as ações do Programa com vistas à permanência e êxito dos estudantes são pensadas e elaboradas conjuntamente, buscando uma contínua redução nos índices de evasão escolar e desenvolvidas a partir das responsabilidades de cada setor/eixo/curso.

3.5. Acompanhamento de Egressos

O IFFar concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, à definição e à retroalimentação das políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e a coordenação de curso superior.

O IFFar *campus* Santo Ângelo busca contato permanente com os egressos por meio das coordenações de curso e de extensão com vistas ao acompanhamento da sua inserção no mundo do trabalho. Outras ações promovem o encontro de egressos com as turmas ativas dos diferentes cursos oferecidos pelo *Campus* com o objetivo de partilhar experiências e aplicabilidade das aprendizagens do curso no seu campo de atuação.

3.6. Mobilidade Acadêmica

O IFFar busca participar de programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas e regulamentadas em documentos institucionais próprios.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

O Tecnólogo em Gestão do Agronegócio é o profissional que planeja e executa empreendimentos voltados para o agronegócio, projeta mercados estratégicos e analisa indicadores de mercado para o agronegócio, afere o desempenho, analisa e controla os custos de produção do agronegócio, caracteriza e interpreta as diversas cadeias produtivas do agronegócio, planeja e executa a implantação de arranjos produtivos locais, gerencia empresas/propriedades rurais, avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

A partir da priorização e concepção do IF Farroupilha quanto à formação dos profissionais, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá uma orientação com ênfase no gerenciamento das cadeias produtivas, na elaboração de projetos e programas relacionados às cadeias produtivas locais/regionais (estaduais e/ou nacionais), destacando, de forma específica, os aspectos relacionados a insumos, processo produtivo, gestão inovadora, estratégias empreendedoras e distribuição ou comercialização de produtos agropecuários, respeitando uma visão gerencial profissional e sistêmica do agronegócio.

Os egressos poderão, também, participar nas pesquisas tecnológicas visando ao aumento da competitividade das cadeias produtivas e, com isso, reforçando o acréscimo de valor nos produtos e processos produtivos, além de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional. O profissional do CST em Gestão do Agronegócio do IF Farroupilha, igualmente, estará preparado para atuar, ativamente, nas orientações e/ou pareceres profissionais, nas discussões e elaborações de projetos de desenvolvimento que respeitam ou ilustram os seguintes temas emergentes: questões ambientais e sustentabilidade; respeito às diversidades culturais; políticas e ações de acessibilidade e inclusão social; entre outras.

O Egresso do CST em Gestão do Agronegócio do IF Farroupilha se configura num profissional com

competências, habilidades e atitudes que procuram viabilizar e/ou buscar caminhos, estratégias e soluções tecnológicas, inovadoras e institucionais que reforçam a competitividade e a gestão eficiente nas cadeias produtivas do agronegócio na economia. Por esse motivo, o CST em Gestão do Agronegócio pretende formar profissionais com as seguintes competências profissionais em seu perfil:

- I. Administrar processos do agronegócio em todos os níveis de produção, viabilizando soluções tecnológicas competitivas eficientes através de uma visão sistêmica do agronegócio;
- II. Realizar prospecção de novos mercados e analisar viabilidade econômica, dominando processos de gestão de cadeias produtivas do setor;
- III. Detectar e implementar modificações nas organizações em função do tempo e das características de cada sistema do agronegócio;
- IV. Desenvolver criatividade para inovar e ser empreendedor, tomando decisões corretas, destacando atitudes que viabilizem economicamente as organizações como propriedades, empresas e cooperativas;
- V. Entender e mensurar os fatores políticos, sociais, econômicos, ambientais e institucionais para propor políticas públicas em agronegócio, esboçar alternativas de captação de recursos e gerenciamento moderno ou competitivo das empresas, focando o desenvolvimento da comunidade, país/região/local;
- VI. Planejar e executar projetos sustentáveis para otimização e uso racional de recursos, dentro de um ambiente de crescente inovação tecnológica no setor agropecuário;
- VII. Desenvolver raciocínio, síntese de ideias e análise de conjunturas, pesquisas e estudos de mercados nacionais e internacionais;
- VIII. Atuar com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- IX. Possuir autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade de continuidade, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; e,
- X. Atuar com liderança para motivar e gerenciar pessoas, respeitando a ética profissional, a individualidade e, por fim, estimular uma cultura do coletivo.

No IFFar, os egressos terão, além da formação profissional em Gestão do Agronegócio, formação para atuar na sociedade de maneira comprometida com o desenvolvimento regional sustentável, reconhecendo-se como sujeito em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social (PDI IFFar, p. 2019, p. 57).

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

Prospecção de novos mercados, análise de viabilidade econômica, identificação de alternativas de captação de recursos, beneficiamento, logística e comercialização são atividades gerenciadas pelo profissional do agronegócio. Esse profissional deve estar atento às novas tecnologias do setor rural, à qualidade e produtividade do negócio, definindo investimentos, insumos e serviços, visando à otimização da produção e ao uso racional dos recursos. O futuro profissional pode atuar em Cooperativas e associações; Empresas agropecuárias; Empresas de comercialização de insumos e produtos agropecuários; Empresas de distribuição

de produtos do agronegócio; Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; Organizações não governamentais; Órgãos públicos; Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

4.2. Metodologia

A formação nos cursos superiores de Tecnologia do Instituto Federal Farroupilha deve ocorrer a partir de sólida formação científica e tecnológica, integrando a formação teórica e prática a partir de estreito contato com o mundo do trabalho. O Curso superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio promove a profissionalização gerencial pela capacitação que possibilita o atendimento às exigências das atividades do agronegócio, através de elementos que permitem o desenvolvimento econômico e social da região, considerando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

O calendário acadêmico dos Cursos Superiores de Graduação deve prever o mínimo de 100 (cem) dias de trabalho acadêmico efetivo por semestre, excluído o tempo destinado aos exames finais. Cada período letivo do calendário dos Cursos Superiores de Graduação deve contemplar, no mínimo, 18 (dezoito) semanas destinadas ao desenvolvimento da carga horária das disciplinas e 02 (duas) semanas de trabalho acadêmico efetivo, destinadas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científico-culturais, no âmbito do curso. Entende-se por trabalho acadêmico efetivo as atividades previstas na proposta pedagógica que implicam em atividades acadêmicas e/ou trabalho discente efetivo com supervisão do docente, tais como: aulas, atividades práticas supervisionadas em laboratórios, atividades em biblioteca, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino, estágios curriculares, prática profissional integrada, semanas acadêmicas, mostras científicas, eventos culturais, palestras, entre outros.

A carga horária mínima dos Cursos Superiores de Graduação é mensurada em horas (60 minutos) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Cada hora aula deve ser composta de 50 (cinquenta) minutos de aula e 10 (dez) minutos de trabalho discente efetivo, orientado e controlado pelo docente. Portanto, da carga horária total de cada disciplina, 20% será contabilizada como trabalho discente efetivo, devendo constar no Plano de Ensino da disciplina e ser registrado no diário de classe.

São consideradas atividades de trabalho discente efetivo no IF Farroupilha:

- I - estudos dirigidos, individuais ou em grupo;
- II - leitura e produção de textos científicos e trabalhos acadêmicos;
- III - produção de materiais/experimentos;
- IV- intervenção prática na realidade;
- V - visitas de estudo a instituições na área do curso;
- VI - consultas a bibliotecas e centros de documentação;
- VII - visitas a instituições educacionais e culturais;
- VIII - outras atividades, desde que relacionadas à natureza do conhecimento do componente curricular ao qual se vinculam.

Para integralização curricular, o estudante deverá: 1) ser aprovado em todos os componentes curriculares (disciplinas obrigatórias e eletivas); 2) cumprir a carga horária de Atividades Complementares de

Curso mediante comprovação junto à Coordenação do Curso; 3) Cumprir a carga horária da Curricularização da Extensão mediante comprovação junto à Coordenação do Curso; 4) realizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório; e, 5) ter seu Relatório de Estágio aprovado conforme regulamentação própria.

As disciplinas teóricas e as práticas educativas desenvolvidas de forma articulada, ao longo do curso, deverão utilizar metodologias que estimulem a observação, a criatividade e a reflexão, que evitem a apresentação de soluções prontas e busquem atividades que desenvolvam habilidades necessárias para solução de problemas. Ao acadêmico, devem ser apresentados desafios que busquem retratar a realidade que vai enfrentar como cidadão e como profissional.

O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) constituem outra forma metodológica a ser utilizada no contexto educacional. Assim, do mesmo modo que o currículo tem como uma de suas metas básicas o domínio da leitura e da escrita para empregá-las no desenvolvimento pessoal e profissional, na convivência, no contexto sociocultural e no pleno exercício da cidadania, hoje também é necessário que o currículo abarque os letramentos digitais e midiáticos de modo que crianças, jovens e adultos possam ler, escrever e aprender empregando as múltiplas linguagens de comunicação e expressão propiciadas pelas TDIC e mídias por elas veiculadas.

A informática vem ganhando espaço no âmbito educacional como um recurso didático pedagógico no processo da construção do conhecimento. Sendo assim, a construção do conhecimento deve perpassar pela apropriação e incorporação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), proporcionando aos docentes e estudantes novas possibilidades, potencializando o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a criação de ambientes de aprendizagem interativos por meio das TDIC impulsiona novas formas de ensinar, aprender e interagir com o conhecimento e com o contexto local e global, propicia o desenvolvimento da capacidade de dialogar, de representar o pensamento, de buscar, de selecionar informações e de construir conhecimentos.

Além disso, a interdisciplinaridade e a construção do raciocínio crítico devem ser construídas pelo uso de técnicas metodológicas que tragam a realidade educacional para a sala de aula, proporcionando reflexão, discussão e avaliação para a construção das disciplinas. Nesse intuito, desde o segundo semestre do curso, as práticas profissionais são integradas dentro de, pelo menos, três componentes curriculares. A Prática Profissional Integrada é desenvolvida ao longo do curso a partir de um planejamento prévio desenvolvido pelo Colegiado do Curso em conjunto com os professores que ministram aulas no semestre, a fim de oportunizar aos discentes vivências na área do curso.

O currículo e a metodologia poderão sofrer adaptações ou flexibilização, de acordo com necessidades específicas, a fim de garantir o processo de ensino-aprendizagem a todos os alunos do curso, praticando-se assim a educação inclusiva. A metodologia não deve ser trabalhada de forma amadora ou isolada em cada componente curricular, o professor ao utilizar uma metodologia deve documentar, registrar, refletir, discutir acerca do processo com a coordenação e a assessoria pedagógica para que o método produza efeitos reais e se torne objeto de pesquisa para possíveis aprimoramentos.

Para que o aluno desenvolva senso crítico, uma postura emancipatória enquanto sujeito no processo ensino-aprendizagem, e, conseqüentemente, venha a ser um profissional preparado para uma atuação voltada

à transformação social, é imprescindível que as disciplinas desenvolvam vínculos entre si, de forma a promover a interdisciplinaridade em ações conjuntas, tomando cuidado para evitar sobreposição de conteúdos programáticos. As atividades de trabalho discente efetivo, as oportunidades de mobilidade acadêmica, a realização de práticas profissionais, assim como as atividades complementares são estratégias metodológicas no processo de ensino-aprendizagem para assegurar a interdisciplinaridade e as relações entre teoria e prática. Essas estratégias metodológicas são concretizadas no incentivo à participação em oficinas, seminários e simpósios na área, por meio da promoção de palestras, eventos acadêmicos e grupos de discussão, além da realização de estágios e cursos que complementem a formação do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio observa as determinações legais presentes na Lei n.º 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os cursos de Tecnologia, normatizadas pela Resolução CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021, as Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IFFar, Resolução Consup n.º 049/2021, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção de currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A organização curricular do curso foi elaborada de forma a concretizar e a atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso, atendendo às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), à legislação vigente, às características do contexto regional e às concepções preconizadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar.

O currículo do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio está organizado a partir de 04 (quatro) núcleos de formação, a saber: Núcleo Comum, Núcleo Articulador, Núcleo Específico e Núcleo Complementar, os quais são perpassados pela Prática Profissional e pela curricularização da extensão.

O Núcleo Comum destina-se às disciplinas necessárias à formação em todos os cursos de Tecnologia da instituição e/ou às disciplinas de conteúdos básicos da área específica, conforme as DCNs dos cursos Superiores de Tecnologia, visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso e assegurar uma unidade formativa nos cursos de Tecnologia.

O Núcleo Articulador contempla as disciplinas que perpassam os cursos de Tecnologia de mesmo eixo tecnológico, visando a uma identidade tecnológica entre os cursos.

O Núcleo Específico destina-se às disciplinas específicas da área de formação do curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

O Núcleo Complementar compreende as atividades complementares, as disciplinas eletivas e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando previsto, visando à flexibilização curricular e à atualização constante da formação profissional.

A prática profissional deve permear todo o currículo do curso, desenvolvendo-se por meio das práticas de laboratório, da Prática Profissional Integrada (PPI), do estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto, e de outras atividades teórico-práticas desenvolvidas no âmbito das disciplinas e demais componentes curriculares.

Somado a esses elementos, o currículo também é perpassado por atividades práticas de extensão, desenvolvidas no âmbito de componentes curriculares de forma indissociada do ensino e da pesquisa, com vistas na formação do perfil profissional do estudante e na transformação social.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial na disciplina de Gestão Ambiental, e nas atividades complementares do curso, tais como *workshop*/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se um princípio fundamental da formação do tecnólogo. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Gestão e Educação Ambiental (NUGEA) que desenvolve atividades formativas na área de educação ambiental voltadas para os estudantes e os servidores.

II – Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – está presente como temática que perpassa o conteúdo trabalhado nas disciplinas de Ética Profissional e de Sociologia Rural. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *Campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para estudantes e servidores.

III – Educação em Direitos Humanos – está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática como Ética Profissional. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o *campus* conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

IV – Libras – está presente como disciplina eletiva no currículo.

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

Para o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo dos cursos superiores de graduação, além das disciplinas e/ou componentes curriculares que abrangem essas temáticas previstas na Matriz Curricular, o Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio poderá desenvolver, em conjunto com os núcleos ligados à CAA e CAPNE do *campus* – Núcleo de Atendimento e Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, e demais setores

pedagógicos da instituição, atividades formativas envolvendo essas temáticas, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.

4.4. Matriz Curricular

1º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Leitura e Produção Textual	36	0	2	Não
	Metodologia Científica	36	0	2	Não
	Informática	36	0	2	Não
	Matemática	72	0	4	Não
	Fundamentos do Agronegócio	36	0	2	Não
	Fundamentos da Produção Vegetal	72	0	4	Não
	Fundamentos da Produção Animal	72	0	4	Não
	Carga horária Total do semestre		360		20

2º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Estatística	72	0	4	Não
	Ética Profissional	36	0	2	Não
	Economia Rural	36	0	2	Não
	Fundamentos da Ciência do Solo	72	0	4	Não
	Gestão do Agronegócio	36	8	2	Não
	Cadeia Produtiva de Aves	36	8	2	Não
	Cadeia Produtiva de Suínos	36	8	2	Não
	Metodologia Extensionista	36	36	2	Não
Carga horária Total do semestre		360	60	20	

3º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Matemática Financeira	36	8	2	Não
	Sociologia Rural	36	0	2	Não
	Administração	36	0	2	Não
	Agrometeorologia	36	8	2	Não
	Comercialização de Produtos Agropecuários	36	0	2	Não
	Gestão de Recursos Hídricos	36	0	2	Não
	Mecanização Agrícola	72	0	4	Não
	Tecnologia em Alimentos	72	16	4	Não
Carga horária Total do semestre		360	32	20	

4º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Administração Mercadológica	36	8	2	Não
	Agroecossistemas e Agroenergia	72	0	4	Não
	Cadeia Produtiva de Culturas Anuais	72	16	4	Não
	Cadeia Produtiva de Bovinos Leiteiros	36	0	2	Não
	Direito Agrário e Legislação Rural	36	0	2	Não
	Empreendedorismo e Inovação	36	8	2	Não
	Fitossanidade	36	0	2	Não
	Eletiva I	36	0	2	Não
	Carga horária Total do semestre		360	40	20

5º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Administração da Produção e Operações	72	16	4	Não
	Cadeia Produtiva de Bovinos de Corte e Ovinos	72	0	4	Não
	Cadeia Produtiva de Fruticultura e Silvicultura	36	0	2	Não
	Cadeia Produtiva de Olericultura	36	0	2	Não
	Cooperativismo e Associativismo	36	8	2	Não
	Gestão Agroindustrial	36	8	2	Não
	Tecnologia em Produção de Sementes	36	0	2	Não
	Eletiva II	36	0	2	Não
	Carga horária Total do semestre		360	32	20

6º semestre	Componentes Curriculares	C.H. Total	C. H. Extensão	C. H. Semanal	Pré-Requisito(s)
	Contabilidade Rural e Custos	72	0	4	Não
	Extensão Rural	36	36	2	Não
	Gestão Ambiental	36	0	2	Não
	Gestão de Pessoas	36	0	2	Não
	Planejamento e Projetos em Agronegócios	36	0	2	Não
	Políticas Públicas no Agronegócio	36	0	2	Não
	Tecnologia de Pós-Colheita de Grãos e Sementes	36	0	2	Não
	Tecnologia de Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças	36	0	2	Não
	Eletiva III	36	0	2	Não
Carga horária Total do semestre		360	36	20	

Componentes do Currículo	Carga horária
Disciplinas (obrigatórias e eletivas)	2160h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	120h
Atividades Complementares de Curso	240h (sendo 52h para atividades de extensão)
Carga Horária Total do Curso	2520h
Curricularização da Extensão	252h

Legenda	
Núcleo Específico	
Núcleo Articulador	
Núcleo Comum	
Núcleo Complementar	

4.4.1. Pré-Requisitos

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do *Campus Santo Ângelo* não terá componentes pré-requisitos.

Embora não exista a previsão de pré-requisitos, a matriz curricular foi planejada mantendo uma sequência de componentes curriculares que se interligam e complementam, e o estágio curricular supervisionado obrigatório só poderá ser realizado após o estudante ter cursado 1.080 horas de componentes curriculares obrigatórios (disciplinas).

Situações que fujam à sequência do currículo, comprometendo o aproveitamento do estudante, poderão ser analisadas pelo colegiado do curso.

4.4.2. Representação gráfica do processo formativo

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre
Fundamentos do Agronegócio 36h	Cadeia Produtiva de Aves 36h	Administração 36h	Administração Mercadológica 36h	Administração da Produção e Operações 36h	Contabilidade Rural e Custos 72h
Fundamentos da Produção Vegetal 72h	Cadeia Produtiva de Suínos 36h	Agrometeorologia 36h	Agroecossistemas e Agroenergia 72h	Cadeia Produtiva de Bovinos de Corte e Ovinos 72h	Gestão de Pessoas 36h
Fundamentos da Produção Animal 72h	Estatística 72h	Comercialização de Produtos Agropecuários 36h	Cadeia Produtiva de Culturas Anuais 72h	Cadeia Produtiva da Fruticultura e Silvicultura 36h	Planejamento e Projetos em Agronegócios 36h
Leitura e Produção Textual 36h	Ética Profissional 36h	Gestão de Recursos Hídricos 36h	Cadeia Produtiva de Bovinos Leiteiros 36h	Cadeia Produtiva da Olericultura 36h	Políticas Públicas no Agronegócio 36h
Metodologia Científica 36h	Fundamentos da Ciência do Solo 72h	Matemática Financeira 36h	Direito Agrário e Legislação Rural 36h	Cooperativismo e Associativismo 36h	Tecnologia de Pós-Colheita de Grãos e Sementes 36h
Informática 36h	Economia Rural 36h	Mecanização Agrícola 72h	Empreendedorismo e Inovação 36h	Gestão Agroindustrial 36h	Tecnologia de Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças 36h
Matemática 72h	Gestão do Agronegócio 36h	Tecnologia em Alimentos 72h	Fitossanidade 36h	Tecnologia em Produção de Sementes 36h	Extensão Rural
	Metodologia Extensionista 36h	Sociologia Rural	Eletiva I 36h	Eletiva II 36h	Gestão Ambiental 36h
					Eletiva III 36h
			Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 120h		
Atividades Complementares					

4.5. Prática Profissional

4.5.1. Prática Profissional Integrada

A Prática Profissional Integrada (PPI) consiste em uma metodologia de ensino que visa a assegurar um espaço/tempo no currículo que possibilite a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando interdisciplinaridade, flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI desenvolve-se com vistas a atingir o perfil profissional do egresso, tendo como propósito integrar os componentes curriculares formativos, ultrapassando a visão curricular como conjuntos isolados de conhecimentos e práticas desarticuladas e favorecendo a relação entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, formação específica e formação básica, ao longo do processo formativo.

O planejamento, o desenvolvimento e a avaliação da PPI deverão levar em conta as particularidades da área de conhecimento do curso, para que se atendam os objetivos formativos a partir de atividades coerentes com o projeto pedagógico e passíveis de execução. A PPI não exclui as demais formas de integração teórico-prática que possam vir a complementar a formação dos estudantes com vistas a ampliar seu aprendizado.

São objetivos específicos das Práticas Profissionais Integradas:

I - aprofundar a compreensão do perfil do egresso e das áreas de atuação do curso;

II - aproximar a formação dos estudantes com o mundo do trabalho;

III - articular horizontalmente o conhecimento dos componentes curriculares envolvidos, oportunizando o espaço de discussão e interdisciplinaridade de maneira que as demais disciplinas do curso também participem desse processo;

IV - integrar verticalmente o currículo, proporcionando uma unidade em todo o curso, compreendendo sequência lógica e crescente complexidade de conhecimentos teóricos e práticos, em contato com a prática real de trabalho;

V - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, de acordo com as peculiaridades territoriais, econômicas e sociais em que o curso está inserido;

VI - constituir-se espaço permanente de reflexão-ação-reflexão, envolvendo o corpo docente do curso no seu planejamento, permitindo a autoavaliação do curso e, conseqüentemente, o seu constante aperfeiçoamento;

VII - incentivar a pesquisa como princípio educativo;

VIII - promover a interdisciplinaridade; e

IX - promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atendendo às prerrogativas da curricularização da extensão, conforme regulamento próprio.

A PPI deve ser realizada por meio de estratégias de ensino que contextualizem a aplicabilidade dos conhecimentos construídos no decorrer do processo formativo, problematizando a realidade e fazendo com que os estudantes, por meio de estudos, de pesquisas e de práticas, desenvolvam projetos e ações baseados na criticidade e na criatividade.

A PPI do Curso Superior de Tecnologia Gestão do Agronegócio terá na sua organização curricular o percentual de, aproximadamente, 5,1% da carga horária total do curso, sendo desenvolvida por meio da(s) seguinte(s) estratégia(s): do segundo ao quinto semestre do curso, haverá no mínimo três disciplinas com carga horária de PPI, elencadas como disciplinas com carga horária de extensão, ou seja, com parte de sua carga horária utilizada para o cumprimento da curricularização da extensão. Contudo, outros componentes curriculares também podem vir a participar da PPI, sendo a sua organização e a distribuição estabelecidas em reunião do colegiado.

O planejamento da PPI deve ser realizado, preferencialmente, no início do semestre letivo no qual a prática será desenvolvida, a partir da elaboração de um Projeto de PPI. Esse projeto deve ser planejado pelo(s) professor(es) responsável(eis), podendo ter duração semestral, anual ou bianual, com etapas de conclusão semestrais, apresentado ao Colegiado do Curso e anexado à turma virtual no Sistema de Registros Acadêmicos das disciplinas envolvidas.

O Projeto de PPI deve apresentar:

- I - definição clara dos objetivos;
- II - conteúdos;
- III - metodologia;
- IV - formas de avaliação;
- V - forma de exposição dos resultados;
- VI - carga horária e cronograma de desenvolvimento; e
- VII - demais itens necessários para o atendimento da curricularização da extensão.

Além das orientações para o desenvolvimento da PPI aqui expressas, deverão ser observadas as demais normas previstas no âmbito da Resolução Consup n.º 49/2021.

4.5.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei n.º 11.788/08.

O estágio curricular supervisionado obrigatório no Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, com duração de 120 horas, tem como objetivo articular os conhecimentos construídos durante o curso à prática real de trabalho na área do curso. O estágio poderá ser realizado a partir do momento em que o aluno tiver cumprido 1.080 horas de componentes curriculares obrigatórios, sendo essa carga horária alcançada após a integralização das disciplinas dos 1º, 2º e 3º semestres. O regulamento de estágio constante ao término deste PPC apresenta regulamentação específica e sobre a qual o aluno deve ter ciência antes do início do estágio curricular supervisionado obrigatório.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio curricular supervisionado não-obrigatório, podendo ser aproveitado no currículo na forma de ACC, desde que previsto na lista de atividades válidas como ACC no âmbito do PPC.

No curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, o estágio curricular supervisionado obrigatório segue regulamento específico, conforme anexo, respeitando o exposto nas Resoluções Consup n.º 049/2021 e n.º 010/2016, que tratam das Diretrizes Administrativas e Curriculares para a organização didático-pedagógica para os cursos superiores de graduação do IFFar e do regulamento de estágio curricular supervisionado para os cursos do IFFar, respectivamente.

4.6. Curricularização da Extensão

A Curricularização da Extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Entende-se por Extensão o processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.

O objetivo da Curricularização da Extensão, conforme sua regulamentação própria, no IFFar, é promover a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação de conhecimentos. Nesse sentido, a extensão tem como princípios:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando seu desenvolvimento como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica e sua contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na construção de conhecimentos atualizados e coerentes com a realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável.

Conforme normatiza a Resolução CNE/CES n.º 07/2018, que instituiu a curricularização da extensão nos cursos de graduação, o curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio contempla o mínimo de 10% da sua carga horária total em atividades de extensão, o que corresponde a 252 horas, estando assim inseridas no âmbito da matriz curricular:

- Em componentes curriculares cuja totalidade da carga horária será destinada à Extensão nas disciplinas

de Metodologia Extensionista (36h) e Extensão Rural (36h), num total de 72 horas;

- Parte da carga horária do componente curricular Atividades Complementares de Curso (ACC), num total de 52 horas;
- Parte da carga horária de outras disciplinas, destinada ao desenvolvimento da Prática Profissional Integrada (PPI), num total de 128 horas, sendo os componentes curriculares identificados na matriz curricular do curso, bem como a sua carga horária destinada à extensão.

4.7. Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio não prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso em sua estrutura curricular.

4.8. Atividades Complementares de Curso

As atividades complementares de Curso (ACCs) visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do estudante, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

No curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, as ACCs equivalem a 240 horas, voltadas a ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outras instituições, empresas e espaços profissionais. Desse total, 52 horas serão contabilizadas para a curricularização da extensão.

As ACCs devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e a colação de grau.

A comprovação das ACCs se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização ou oferta, realizadas durante o período em que o estudante estiver matriculado no curso e devem ser validadas pela unidade de ensino do IFFar.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento constante do cumprimento da carga horária de ACCs pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

Outras atividades não previstas nos quadros abaixo, poderão ser aproveitadas mediante avaliação pelo Colegiado de Curso, tendo como critério a relação da atividade com a área formativa do curso e respeitadas as legislações pertinentes.

Descrição das Atividades Complementares de Curso (ACCs):

Atividades Complementares de Curso	Carga horária máxima *
Participação em cursos extracurriculares na área	150 horas
Cursos de extensão (como participantes do curso)	60 horas
Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais como participante	150 horas
Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais com apresentação de trabalho (como apresentador do trabalho)	150 horas

Participação em congressos ou jornadas nacionais e/ou internacionais com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	50 horas
Assessoria de cursos (presenciais e a distância) na área do curso	60 horas
Cursos à distância em áreas afins	120 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.) presenciais	80 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, etc.) desenvolvidos a distância	80 horas
Programas de incentivo da própria instituição: monitorias e outros programas do IF Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Ângelo	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica do IF Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Ângelo com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica do IF Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Ângelo sem bolsa de incentivo	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica de órgãos de fomento a pesquisa (FAPERGS, CAPES, CNPQ) com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: programas de iniciação científica de órgãos de fomento a pesquisa (FAPERGS, CAPES, CNPQ) sem bolsa de incentivo	150 horas
Publicações: artigos publicados em revista da instituição e/ou congresso da área (30 horas por artigo)	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Ângelo com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – <i>Campus</i> Santo Ângelo sem bolsa de incentivo	100 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos com bolsa de incentivo	150 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos sem bolsa de incentivo	150 horas
Publicações: artigos publicados em revista nacional (40 horas por artigo)	150 horas
Publicações: artigos publicados em revista internacional (60 horas por artigo)	150 horas
Produção de material técnico na área com certificação (60 horas por material produzido)	150 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	150 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos nas áreas afins	150 horas
Estágios curriculares não obrigatórios	150 horas
Outras atividades ligadas à área do curso (representação estudantil, participação em comissões, conselhos, colegiados, etc.)	100 horas
Prestação de serviços (consultorias, laudos técnicos e assessorias, entre outros)	100 horas
Visitas Técnicas	80 horas

Atividades Complementares de Curso específicas de extensão (curricularização da extensão) – carga horária mínima: 52 horas**	Carga horária máxima
Cursos de extensão (como ministrantes/palestrante do curso)	52 horas
Palestrante, painelista, apresentador ou equivalentes em congresso, seminário ou outros eventos	52 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – Campus Santo Ângelo com bolsa de incentivo (Respeitado o Regulamento da Curricularização da Extensão)	52 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão do IF Farroupilha – Campus Santo Ângelo sem bolsa de incentivo (Respeitado o Regulamento da Curricularização da Extensão)	52 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos com bolsa de incentivo (Respeitado o Regulamento da Curricularização da Extensão)	52 horas
Programas de incentivo da própria instituição: projetos de extensão externos sem bolsa de incentivo (Respeitado o Regulamento da Curricularização da Extensão)	52 horas
Organizador de evento, ministrante ou equivalente, na área (Congresso, Seminário ou outros eventos)	52 horas
Organizador, ministrante ou equivalente de oficina ou curso na área	52 horas
Visitas técnicas vinculadas a Programas e/ou Projetos de Extensão na área do curso	52 horas
Dias de campo e participação em feiras agropecuárias	52 horas
Prestação de serviços (consultorias, laudos técnicos e assessorias, entre outros)	52 horas

* A carga horária máxima refere-se ao quantitativo máximo de horas de cada atividade que pode ser validada no âmbito das ACCs (carga horária total de ACCs), com vistas a diversificar as atividades formativas desenvolvidas pelos estudantes. A carga horária máxima, portanto, deve ser inferior à carga horária total de ACCs.

** A carga horária mínima de ACCs destinada à curricularização da extensão deverá ser cumprida em, pelo menos, uma das atividades listadas.

4.9. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio contempla a oferta de disciplinas eletivas, num total de 108 horas, a partir do 4º semestre. O curso deverá disponibilizar no mínimo 03 disciplinas eletivas para a escolha da turma, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, cabendo ao Colegiado do Curso definir se a turma terá à disposição uma ou mais disciplinas para realização da matrícula.

Poderá ser validada como disciplina eletiva aquela realizada pelo estudante em outro curso de graduação, interno ou externo ao IFFar, desde que possua relação com a área de formação do curso de origem e atenda à carga horária mínima exigida, de acordo com os procedimentos para aproveitamento de estudos previstos em regulamento institucional.

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante pode realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

As disciplinas eletivas propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, constituindo-se um espaço de flexibilização e atualização constante do currículo, pois possibilita abranger temáticas emergentes para a formação na área.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

	Disciplina	Carga Horária
Disciplinas Eletivas	Agricultura de Precisão	36h
	Cadeia Produtiva da Apicultura	36h
	Cadeia Produtiva da Piscicultura	36h
	Espanhol Instrumental	36h
	Inglês Instrumental	36h
	Libras	36h
	Segurança Alimentar e Sustentabilidade	36h
	Tópicos em Agroecologia	36h
	Tópicos em Análises de Sementes	36h
	Tópicos em Desenvolvimento Regional	36h
	Tópicos em Economia Solidária	36h
	Tópicos em Frutíferas de Importância Regional	36h
	Tópicos em Horticultura	36h
	Tópicos em Informações Gerenciais	36h
	Tópicos em Manejo Integrado	36h
	Tópicos em Qualidade Total	36h
	Tópicos em Produção de Grãos	36h
Tópicos em Uso, Manejo e Conservação dos Solos	36h	

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso, devendo ser publicizadas à comunidade acadêmica, seguindo as demais etapas do fluxo previsto em Instrução Normativa do IFFar quanto à atualização de PPC.

4.10. Avaliação

4.10.1. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem nos cursos do IFFar segue o disposto no Título III, Capítulo VII, Seção II da Resolução Consup n.º 049/2021. De acordo com esta normativa e com base na Lei n.º 9.394/1996, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da avaliação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de ensino e de aprendizagem. Enquanto elemento formativo e sendo condição integradora no processo de ensino e de aprendizagem, a avaliação deve ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa, tendo seus resultados sistematizados, analisados e divulgados ao final de cada período letivo.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando a que o (a) aluno (a) atinja as competências e as habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei n.º 9.394/1996.

O professor deve utilizar no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação de natureza diversificada por componente curricular. A avaliação deve ser contínua e os instrumentos de avaliação não devem ser aplicados

de forma concentrada no final do semestre. O estudante deve ser informado quanto aos resultados da avaliação de sua aprendizagem pelo menos 02 (duas) vezes por semestre, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar conteúdos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem são expressos em notas que devem considerar uma casa após a vírgula. Para aprovação, o estudante deve atingir como resultado final, no mínimo:

I - nota 7,0 (sete), antes do Exame Final;

e II - média 5,0 (cinco), após o Exame Final.

A composição da média final, após exame, deve seguir os seguintes critérios de peso:

I - média do componente curricular com peso 6,0 (seis);

e II - nota do Exame Final com peso 4,0 (quatro).

Para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária presencial do componente curricular.

Considera-se reprovado, ao final do período letivo, o estudante que obtiver: frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do cômputo da carga horária presencial prevista no PPC em cada componente curricular; média do componente curricular inferior a 1,7 (um vírgula sete); média final inferior a 5,0 (cinco), após o Exame Final.

O componente curricular de estágio curricular supervisionado obrigatório deve seguir as normas de avaliação previstas em seu regulamento, que compõe o PPC, sendo que não se aplica exame final a este componente.

Conforme Resolução Consup n.º 049/2021, o estudante concluinte do curso que tiver pendência em até 02 (duas) disciplinas pode desenvolvê-las por meio do Regime Especial de Avaliação (REA), desde que atenda aos seguintes critérios, cumulativamente: I - obteve 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária da disciplina desenvolvida na forma presencial; II - realizou o exame final; e III - reprovou por nota. Entende-se por estudante concluinte do curso de Tecnologia Gestão do Agronegócio aquele que cursou com êxito 75% (setenta e cinco por cento) do currículo do curso.

O REA não se aplica ao componente curricular de estágio curricular supervisionado obrigatório.

4.10.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IFFar conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFFar foi aprovado através da Resolução Consup n.º 087/2017, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada campus da instituição.

Considerando-se a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo, é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.10.3. Avaliação do Curso

Para o constante aprimoramento do curso, são considerados, no curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, resultados de avaliações internas e externas. Como indicadores externos são considerados os resultados de avaliações *in loco* do curso e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), caso o curso seja contemplado. Para avaliação interna, o curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio considera o resultado da autoavaliação institucional, a qual engloba as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, com o intuito de considerar o todo da instituição. Ainda, no curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio, os alunos têm a oportunidade de avaliar os componentes curriculares cursados em cada semestre, bem como as ações da coordenação do curso.

Os resultados dessas avaliações externas e internas são debatidos pela coordenação, juntamente com o NDE, o colegiado, o corpo docente e os alunos do curso, além da assessoria pedagógica do *campus*. Com esse acompanhamento constante, busca-se aperfeiçoar as atividades de ensino e fazer melhorias das fragilidades observadas, com vistas ao incremento na qualidade do curso.

4.11. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores no Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

Cabe ao professor titular da disciplina e/ou ao Colegiado de Curso a análise da ementa e da carga horária do componente curricular do qual foi solicitado aproveitamento, para verificar a equivalência entre os componentes.

No processo de aproveitamento de estudos deve ser observado o princípio da "equivalência do valor formativo" (Parecer/CNE/CES n.º 247/1999) dos estudos realizados anteriormente, para assegurar o mesmo padrão de qualidade compatível com o perfil profissional do egresso, definido no PPC. Na análise da "equivalência do valor formativo", a análise da ementa e da carga horária deve considerar a prevalência do aspecto pedagógico relacionado ao perfil do egresso. No IFFar, adota-se como parâmetro o mínimo de 75% de compatibilidade entre carga horária dos componentes curriculares em aproveitamento.

O aproveitamento de estudos pode envolver, ainda, avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado. Da mesma forma, o aproveitamento ou a equivalência de disciplinas pode incluir a soma de dois ou mais componentes curriculares para a dispensa de uma disciplina, ou o contrário, um componente curricular pode resultar no aproveitamento ou equivalência de duas disciplinas ou mais.

Os procedimentos e fluxos do aproveitamento de estudos estão presentes no Regulamento de Registros e Procedimentos Acadêmicos do IFFar.

4.12. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB n.º 9394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A Certificação de Conhecimentos e Experiências é o reconhecimento, mediante processo avaliativo, de saberes, experiências, habilidades e competências adquiridas por meio de estudos ou práticas formais e não formais, que dispensa o estudante de cursar o componente curricular no qual comprovou conhecimento. O processo avaliativo deve ocorrer mediante avaliação teórica e/ou prática.

Não se aplica Certificação de Conhecimentos e Experiências para componente curricular no qual o estudante tenha sido reprovado, bem como para o componente curricular de TCC, atividades complementares e estágio curricular supervisionado obrigatório.

A solicitação de Certificação de Conhecimentos e Experiências pode ocorrer a pedido fundamentado do estudante ou por iniciativa de professores do curso.

A avaliação deve ser realizada por comissão designada pela Coordenação do Curso, composta por professores da área específica ou afim. O resultado para aprovação dos Conhecimentos e Experiências deve ser igual ou superior a 7,0 (sete), em consonância com o resultado da avaliação da aprendizagem para aprovação sem exame nos demais componentes do currículo.

Os procedimentos e prazos para a solicitação de certificação de conhecimentos e experiências anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Administrativas e Curriculares para a organização didático pedagógica dos cursos superiores de Graduação e no Regulamento de Registros e Procedimentos Acadêmicos do IFFar.

4.13. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula presenciais em cada um deles antes do prazo máximo para integralização, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares finais estão normatizadas por meio de regulamento próprio.

4.14. Ementário

4.14.1. Componentes curriculares obrigatórios

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Estratégias de leitura e compreensão dos gêneros textuais das esferas profissional e/ou acadêmica tais como resumo, resenha, artigo científico, entre outros pertinentes à área de conhecimento. Recursos linguísticos e discursivos relevantes para a prática de produção textual.		
Bibliografia Básica		

<p>FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>KOCH, I. G. V. Ler&comprometer: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 216 p.</p> <p>MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010. 167 p. (Estratégias de ensino; 20).</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. 716 p.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 183p.</p> <p>MARTINS, D. S. Português Instrumental. 30. São Paulo Atlas 2019 (E-book)</p> <p>PÉCORA, A. Problemas de redação. 6ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.</p> <p>SANTANA, L. C. M. de. Curso de Redação. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2009.</p>

Componente Curricular: Metodologia Científica		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Tipos de conhecimento, caracterização e produção do conhecimento científico. Tipos, abordagens e métodos de pesquisa. Ética na pesquisa (regulamentações, plágio e autoplágio). Planejamento de pesquisa. Normas técnicas de trabalhos acadêmico-científicos. Processos de registro e comunicação do conhecimento científico.		
Bibliografia Básica		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. (Mais atualizado e com mais livros)		
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2015].		
Bibliografia Complementar		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
DE SORDI, J. O. Elaboração de pesquisa científica: seleção, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013.		
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.		

Componente Curricular: Informática		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Introdução à informática. Sistemas Operacionais. Redes de Computadores e Internet. Editor de Textos. Planilha Eletrônica. Apresentador de Slides. Softwares aplicados ao curso.		
Bibliografia Básica		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.		
NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson, 2012.		
VELLOSO, F. de C. Informática: conceitos básicos. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.		
Bibliografia Complementar		
VELLOSO, F. de C. Informática: conceitos básicos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.		
MANZANO, A. Estudo Dirigido – Microsoft Windows 7 Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.		
BARRIVIERA, R.; OLIVEIRA, E. D. Introdução à Informática. Curitiba: Livro Técnico, 2010.		
GORDON, S. R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.		
MARÇULA, M; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2010.		

Componente Curricular: Matemática		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Matemática básica: regra de três e porcentagem. Tópicos de geometria espacial: áreas e volumes. Sistemas lineares. Funções: noções gerais (domínio, imagem, contradomínio); função polinomial; função exponencial; função logarítmica; funções trigonométricas (seno, cosseno, tangente). Limites: noções de limite; limite e continuidade. Derivadas: interpretação geométrica, regras básicas de derivação e aplicações.		
Bibliografia Básica		
PAIVA, M. Matemática . São Paulo: Moderna, 2009. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial, posição e métrica . 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. SAFIER, F. Pré-Cálculo . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.		
Bibliografia Complementar		
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2006. HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2015. LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada . Curitiba: Livro Técnico, 2010. IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Analítica . 5. ed. São Carlos: Atual, 2005. SILVA, S. et al. Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis . vol. 1, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

Componente Curricular: Fundamentos do Agronegócio		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Origem e evolução do agronegócio. Agronegócios: conceitos e dimensões. Estudos de cadeias produtivas e sistemas agroindustriais. Evolução da gestão e inovação tecnológica no agronegócio. Visão sistêmica do agronegócio. Agronegócio e sua inter-relação com o desenvolvimento econômico. Mercado mundial de agronegócio: oportunidades; desafios e regulação.		
Bibliografia Básica		
ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Coord.). Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, [2019]. SILVA, R. A. M. S. Economia verde: e a sustentabilidade no agronegócio familiar . Santo Ângelo: [s.n], 2013. BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2.3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
Bibliografia Complementar		
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 1v. MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 2v. NEVES, M. F.; CHADAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bionergia . São Paulo: Atlas, 2009. ZYLBERSZTAJN, D. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.		

Componente Curricular: Fundamentos da Produção Vegetal		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Histórico da Agricultura. Principais órgãos das plantas e suas funções. Nutrição mineral nas plantas. Absorção e translocação de água e solutos nas plantas. Mercados, crescimento e desenvolvimento vegetal integrados.		
Bibliografia Básica		

<p>TAIZ, L.; ZEIGER, E. <i>Fisiologia Vegetal</i>. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CUTTER, E. G. <i>Anatomia vegetal: parte I – células e tecidos</i>. 2. ed. São Paulo: Roca, 1986.</p> <p>CUTTER, E.G. <i>Anatomia vegetal: parte II – órgãos</i>. 2. ed. São Paulo: Roca, 1986.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.</p> <p>MAZOYER, M. E ROUDART, L. História das agriculturas do mundo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.</p> <p>FERRI, M. G. Botânica: morfologia externa das plantas (organografia). São Paulo: Nobel, 1981.</p> <p>NULTSCH, W. Botânica geral. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. (Org.). Germinação: do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>

Componente Curricular: Fundamentos da Produção Animal		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
<p>Introdução à zootecnia. Generalidade e terminologia zootécnica. Noções gerais de sistemas de produção pecuária. Noções de pastagens. Noções de nutrição animal. Mercados e serviços zootécnicos. Noções gerais de cadeias de produções animais: avicultura de corte e postura; suinocultura; ovinocaprinocultura; piscicultura; bovinocultura de corte; bovinocultura de leite.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição animal. São Paulo: Nobel, v.1 e 2.1983.</p> <p>CUNNINGHAM, J. G. Tratado de fisiologia veterinária. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Anatomia e fisiologia dos animais da fazenda. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BROOM, D. M.; FRASER, A. F. Comportamento e bem-estar de animais domésticos. 4. ed. Barueri: Manole, 2010.</p> <p>HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. (Ed.). Reprodução animal. 7. ed. Barueri: Manole, 2004. KINGHORN, B.; WERF, V. der W.; RYAN, M. Melhoramento Animal: uso de novas tecnologias. Piracicaba: FEALQ, 2006.</p> <p>MORENG, R. E.; AVENS, J. S. Ciência e produção de aves. São Paulo: Roca, 1990.</p> <p>VAZ, C. M.; SILVEIRA, L. Ovinos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa, 2007.</p>		

Componente Curricular: Estatística		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
<p>Introdução à estatística. Variáveis em estatística. Representação tabular e gráfica de dados estatísticos. Noções de amostragem. Estimação. Análise exploratória de dados. Estatística Descritiva e inferencial. Noções de Probabilidade. Distribuição Normal. Análise de regressão e correlação linear. Introdução à estatística experimental; Princípios básicos de experimentação agrícola. Testes de significância. Usos de pacotes estatísticos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>IEZZI, G.; HAZZAN, S. DEGENSZAJN, D. M. Matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 2. ed. São Paulo: Atual, 2013.</p> <p>LARSON, R.; FARBER, E. Estatística aplicada. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2016.</p> <p>MUCELIN, C. A. Estatística. Curitiba: Livro Técnico, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>SICSÚ, A. L.; DANA, S. Estatística aplicada: análise exploratória de dados. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SPIEGEL, M. R.; STEPHENS, L. J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>TRIOLA, M. F.; FLORES, V. R. L. de F. Introdução a estatística. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2017.</p> <p>CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar: Matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. São Carlos: Atual, 2004.</p>		

Componente Curricular: Ética Profissional		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Ética como área da filosofia. Fundamentos antropológicos e morais do comportamento humano. Tópicos de ética na História da Filosofia Ocidental: problemas e conceitos fundamentais da moralidade. Relações humanas na sociedade contemporânea: Intolerância e Educação para a diversidade; Educação em direitos humanos. Ética aplicada: Ética empresarial e Ética profissional. Código de ética profissional.		
Bibliografia Básica		
NALINI, J. R. Ética geral e profissional . 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. Ética . 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2014].		
Bibliografia Complementar		
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional : José Renato Nalini. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. SROUR, Robert Henry. Ética empresarial . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Filosofia e história da educação brasileira . 2. Ed. Barueri: Manole, 2009. MARCONDES, D. Textos básicos de ética : de Platão a Foucault. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia : dos pré-socráticos a Wittgestein. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.		

Componente Curricular: Economia Rural		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Microeconomia: Fundamentos da economia. Funcionamento do mercado: demanda, oferta e equilíbrio. Custos de produção pela ótica econômica. Estudo das estruturas de mercado. Formação de preços de bens e de fatores de produção sob diferentes tipos de estruturas. Indicadores macroeconômicos. Desemprego. Juros, moeda e crédito. Taxa de câmbio. Inflação. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Fundamentos da política macroeconomia (Política fiscal, monetária e cambial). A realidade da economia brasileira e seu papel na dinâmica internacional.		
Bibliografia Básica		
FARIA, L. H. L. Fundamentos de Economia . Curitiba. Ed.: Livro Técnico, 2012. TIGRE, P. B. Gestão da inovação : a economia da tecnologia no Brasil. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar		
BROWNING, E., et al. Microeconomia . Teoria e Aplicação. São Paulo, 2014. BACHA, C. J. C. Macroeconomia aplicada à análise da economia brasileira . São Paulo: EDUSP, 2004. VASCONCELOS, M. A. S. Economia micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. IANNI, O. Era do Globalismo . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. VASCONCELLOS, M. A. S. et al. Manual de economia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.		

Componente Curricular: Fundamentos da Ciência do Solo		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Conceito de solos. Fatores de formação do solo. Conceito de perfis de solo. Princípios de propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Conceito de fertilidade do solo. Leis da fertilidade. Nutrientes essenciais. Análise físico-química do solo e análise foliar. Princípios de adubação. Causas e consequências da exploração indevida do solo. Classes do solo. Princípios da erosão e seus componentes. Práticas de conservação do solo.		
Bibliografia Básica		

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone, 2008. CORINGA, de A. O. Solos . Curitiba: Livro Técnico, 2012. SANTOS, H. G. dos (Ed.). Sistema brasileiro de classificação de solos . 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.
Bibliografia Complementar
FERREIRA, T. N.; SCHWARZ, R. A.; STRECK, E. V. (Coord.). Solos: manejo integrado e ecológico: elementos básicos . Porto Alegre: EMATER, 2000. KIEHL, E. J. Manual de edafologia: relações solo-planta . São Paulo: Agronômica Ceres, 1979. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . São Paulo: Oficina de textos, 2002. PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais . 3. ed. [S.l.]: Nobel, 1981. SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. Classificação da aptidão agrícola das terras: um sistema alternativo . Guaíba: Agro livros, 2007.

Componente Curricular: Gestão do Agronegócio		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
A gestão da produção rural no agronegócio. As características dos empreendimentos rurais. A pluriatividade. O agronegócio e a região. A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Tópicos contemporâneos em Agronegócio. Tendências do Agronegócio.		
Bibliografia Básica		
TEIXEIRA, T. M.; FRANZIN, N. A. Ferramentas de gestão do agronegócio . Curitiba: Livro Técnico, 2013. BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001. ZYLBERSZTAJN, D. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares . São Paulo: Pioneira, 2000.		
Bibliografia Complementar		
NEVES, M. F.; CHADAD, F. R.; LAZZARINI, S. G. Gestão de negócios em alimentos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. HARDING, H. A. Administração da produção . Tradução José Marques Junior. São Paulo: Atlas, 1981. BATALHA, M. O. (Coord.); GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. Gestão agroindustrial . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. BATALHA, M. O. (Coord.); GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. Gestão agroindustrial . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Aves		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado de aves no cenário nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre avicultura no Brasil. Métodos de produção, sistemas de criação e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Avicultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos avícolas.		
Bibliografia Básica		
ANDREATTI FILHO, R. L. Saúde aviária e doenças . São Paulo: Roca, 2007. ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. de C. Produção e manejo de frangos de corte . Viçosa: UFV, 2008. MORENG, R. E.; AVENS, J. S. Ciência e produção de aves . São Paulo: Roca, 1990.		
Bibliografia Complementar		
COTTA, T. Frangos de corte: criação, abate e comercialização . Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. LANA, G. R. Q. Avicultura . Recife: UFRPE, 2000. OLIVO, R. (Ed.). O mundo do Frango: cadeia produtiva da carne de frango . Criciúma, SC: Ed. Do Autor, 2006. PUPA, J. M. R. Galinhas poedeiras produção e comercialização de ovos . Viçosa: CPT, 2008. H. de S.; GÓRNIK, S. L. Farmacologia aplicada à avicultura: boas práticas no manejo de medicamentos . São Paulo: Roca, 2005.		

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Suínos		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado de suínos no cenário nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre suinocultura no Brasil. Métodos de produção, sistemas de criação e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Suinocultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos suinícolas.		
Bibliografia Básica		
CAVALCANTI, S. S. Suinocultura dinâmica . Belo Horizonte: FEP/MVZ, 2000. DAÍ PRÁ, M.A, et al. Compostagem como alternativa para gestão ambiental na produção de suínos. Porto Alegre: Evangraf, 2009.		
MAFESSONI, E. L. Manual prático de suinocultura . v.1. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.		
BONETT, L. P.; MONTICELLI, C. J. (Ed.). Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde . 2. ed. rev. Brasília: EMBRAPA Suínos e aves, 1998.		
Bibliografia Complementar		
ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal v.1. As bases e os fundamentos da nutrição animal . São Paulo: Nobel, 1983.		
ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal v.2. Alimentação animal . São Paulo: Nobel, 1983.		
EMBRAPA CNPSA Simpósio sobre Granulometria de Ingredientes e Rações para Suínos e Aves . Anais/SC: EMBRAPA CNPSA, 1998.		
SOBESTIANSKY, J. et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho . Brasília: EMBRAPA, 1998.		

Componente Curricular: Metodologia Extensionista		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 36h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Extensão: conceitos, marcos legais e políticas institucionais. Extensão no IFFar: do planejamento à execução.		
Bibliografia Básica		
LEÃO, A. S. G.; ALMEIDA, M. G. dos S.; VARGAS, M. W. (Org.). A docência sob múltiplos olhares: ensino, pesquisa e extensão . Bagé, RS: Faith, 2018.		
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 127 p.		
STEIN, R. T. et al. Fundamentos da extensão rural . Porto Alegre: SAGAH, 2021. 1 (recurso online).		
Bibliografia Complementar		
SCHMITZ, H. (Org.). Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa . São Paulo: Annablume, 2010. 351 p.		
PHILIPPI Jr, A.; FERNANDES, V. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa . Barueri: Manole, 2015 (recurso online)		
ALMEIDA, M. G. dos S.; VARGAS, M. W. (Org.). A docência sob múltiplos olhares: ensino, pesquisa e extensão . Bagé, RS: Faith, 2019. 296 p.		
BARBOSA, A. et al. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234 p.		
CANELLAS, Z. Abrindo a porteira: uma memória da extensão rural no Rio Grande do Sul . Santa Maria, RS: [s.n], 2010. 176 p.		

Componente Curricular: Matemática Financeira		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		

Porcentagem. Juros Simples. Cálculo do juro. Homogeneidade entre a anuidade de tempo, de taxa de juro e do prazo de aplicação. Taxa proporcional, nominal e efetiva. Juro exato, comercial e bancário. Montante. Juros Compostos. Fator de Capitalização. Cálculo do capital, da taxa e do tempo. Taxas proporcionais, equivalentes, nominal, efetiva, real e aparente. Montante por períodos não inteiros. Desconto Simples. Títulos de crédito. Desconto comercial. Valor atual comercial. Taxa de juros efetiva. Equivalência de capitais. Desconto Racional. Desconto Racional em função do valor nominal. Desconto Composto. Valor atual.

Bibliografia Básica

CRESPO, A. A. **Matemática financeira fácil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
FARO, C. de; LACHTERMACHER, G. **Introdução a matemática financeira**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
NASCIMENTO, M. A. P. **Introdução a matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

CAMARGOS, M. A. de. **Matemática financeira: aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos: uso da calculadora HP-12c**. São Paulo: Saraiva, 2013.
HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
SILVA; S. M da.; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. **Matemática para os cursos de economia, administração, ciências contábeis**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
FARO, C. de. **Fundamentos da matemática financeira: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimentos de risco**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
MÜLLER, A. N.; ANTONIK, L. R. **Matemática financeira: instrumentos financeiros para a tomada de decisão em Administração, Economia e Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Componente Curricular: Sociologia Rural

Carga Horária total: 36h

C.H. Extensão: 0h

Período Letivo: 3º semestre

Ementa

Desenvolvimento Rural Brasileiro: ocupação do espaço agrário, formação da sociedade, contexto histórico e cultural das etnias formadoras (Européia, Afro-Brasileira e Indígena), modernização da agricultura e os reflexos na Sociedade e na Economia. Aspectos sociológicos da agricultura brasileira: agricultura patronal, agricultura familiar, movimentos sociais, reforma agrária e políticas públicas.

Bibliografia Básica

COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
GUIVANT, Julia S.; SPAARGAREN, Gert; RIAL, Carmen. (Orgs). Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Petrópolis, 2009.
VEIJA, J. E. (Org). Economia socioambiental. São Paulo: SENAC, 2009.
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra. agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

Bibliografia Complementar

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
DIAS, Genebaldo Freire. Eco percepção: Um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
SILVA, Roberto Aguiar Machado Santos. Estratégias de marketing para valorização de produtos da agroindústria familiar rural. Santo Ângelo: Roberto Aguiar Machado Santos Silva Editor: 2014.
TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. 10ª ed. Petrópolis: Vozes: 2012.

Componente Curricular: Administração

Carga Horária total: 36h

C.H. Extensão: 0h

Período Letivo: 3º semestre

Ementa

Fundamentação teórica da Administração. O ambiente e as organizações. Áreas empresariais. O processo administrativo.
Bibliografia Básica
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração : uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020. SILVA, A. T. da. Administração básica . 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração : da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar
LACOMBE, F. J. M. Teoria geral da administração . São Paulo: Saraiva, 2009. CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. PORTER, M. E. Estratégia competitiva : técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. CHIAVENATO, I. Princípios da administração : o essencial em teoria geral da administração. 2.ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2013.

Componente Curricular: Agrometeorologia		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
O clima e a produção de alimentos. Diferença entre clima e tempo. Sistema nacional e internacional de observações meteorológicas. A importância agrometeorológica da radiação solar, temperatura do ar, temperatura do solo, umidade do ar e do orvalho, geadas, precipitação pluvial, evaporação e evapotranspiração, balanço hídrico, ventos. Importância do zoneamento agroclimático. Variabilidade climática.		
Bibliografia Básica		
MONTEIRO, J. E. (org.) Agrometeorologia dos cultivos : o fator meteorológico na produção agrícola. Brasília: INMET, 2009. BERGAMASCHI, H.; BERGONCI, J. I. As plantas e o clima : princípios e aplicações. Guaíba: Agrolivros, 2017. 352 p. MARIN, F. R. Microclimatologia agrícola : introdução biofísica da relação planta-atmosfera. Piracicaba/SP: FEALQ, 2021. 263 p.		
Bibliografia Complementar		
ASSIS, F. N. de; ARRUDA, H. V. de; PEREIRA, A. R. Aplicações de estatística à climatologia : teoria e prática. Pelotas: Ed. UFPel, 1996. DAKER, A. A água na agricultura . Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 7º ed., V.2. 1987. PEREIRA, A. R.; VILLA NOVA, N. A.; SEDIYAMA, G. C. Evapo(transpi)ração . Piracicaba: Fealq, 1997. VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia . Brasília: Inmet, 2001. VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações . Ed. Viçosa, 1991.		

Componente Curricular: Comercialização de Produtos Agropecuários		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
Conceito e funções da comercialização agropecuária. Mecanismos de comercialização. Modelo para a escolha do mecanismo de comercialização. Estratégias em mercados futuros e opções. Gestão da cadeia de suprimentos do agronegócio. Comércio eletrônico e agronegócio. Legislação brasileira.		
Bibliografia Básica		
GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/ coordenador Mário Otávio Batalha. Gestão Agroindustrial - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006. ZUIN, L. F.; QUEIROZ, T. R. (Coords.). Agronegócios : gestão, inovação e sustentabilidade. - 2. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2019. TOLEDO FILHO, J. R. de. Mercado de capitais brasileiro : uma introdução. São Paulo: Cengage Learning, 2012 (E-Books).		

Bibliografia Complementar		
CHOPA, S. MEINDL, P. Gestão da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação. - 6. ed. - São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.		
TEIXEIRA, T. M.; FRANZIN, N. A. Ferramentas de gestão para o agronegócio. Curitiba: Livro Técnico, 2013.		
KUNZLER, J. P. Mercosul e o Comércio Exterior. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.		
MENDES, J. T.G.; JUNIOR, J. B. P. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.		
POTER, M. E. Estratégia e competitividade: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Tradução Elizabeth Maria Pinho Braga. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.		

Componente Curricular: Gestão de Recursos Hídricos		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
A água na atmosfera terrestre, na superfície e no subsolo. Ciclo hidrológico. Conceitos de bacia hidrográfica, vazões e histograma. Água no solo, escoamento superficial, interceptação, infiltração, armazenamento, evaporação e evapotranspiração. Sistemas de irrigação e seu dimensionamento. Legislação para uso dos recursos hídricos e outorga. Gerenciamento de recursos hídricos.		
Bibliografia Básica		
BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de Irrigação. 8. ed. Viçosa: UFV, 2006.		
BISCARO, G. A. Sistema de irrigação localizada. Dourados, MS. 1 Ed. UFGD, 2014. 256p.		
FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. (Org.). Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania. 2. ed. São Carlos: Rima, 2006.		
Bibliografia Complementar		
REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Manole 4ª edição, 2022. 528 p.		
BISCARO, G. A. Sistemas de irrigação por aspersão. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 134p.		
DE SOUSA, V. F. et al. Irrigação e fertirrigação em fruteiras e hortaliças. 2011.		
MANO, E. B.; PACHECO, E. B. A. V.; BONELLI, C. M. C. Meio ambiente, poluição e reciclagem. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2010.		
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2006.		

Componente Curricular: Mecanização Agrícola		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
Mercado de máquinas agrícolas no Brasil. Tratores e motores. Máquinas de preparo do solo. Máquinas de implementação de culturas. Máquinas e técnicas de colheita e pós-colheita. Normas de segurança.		
Bibliografia Básica		
MOLIN, J. P.; AMARAL, L. R. do; COLAÇO, A. F. Agricultura de precisão. São Paulo: Oficina de textos, 2015.		
COMETTI, N. N. Mecanização agrícola. Curitiba: Livro Técnico, 2012.		
SILVA, F. M.; GORGES, P. H. M. Mecanização e agricultura de precisão. Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 1998.		
Bibliografia Complementar		
RIPOLI, T. C. C.; MOLINA JÚNIOR, W. F.; RIPOLI, M. L. C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas. 1 ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005.		
BOREM, A. et al. Agricultura de precisão. Viçosa: Editora UFV, 2000.		
MIALHE, L. G. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação. Piracicaba: FEALQ, 1996.		
MONTEIRO, L. A.; SILVA, P. R. A. Operação com Tratores Agrícolas. Botucatu: Ed. Dos autores. 1º Ed. 2009.		

Componente Curricular: Tecnologia em Alimentos		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 16h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
Indústria de alimentos e sua importância no Agronegócio nacional e mundial. Evolução histórica da Ciência e Tecnologia de Alimentos. Matérias primas agropecuárias: alterações, métodos de conservação e processos tecnológicos envolvidos no seu processamento. Princípios gerais do controle de qualidade e legislação aplicada aos alimentos.		
Bibliografia Básica		
CAMPBELL-PLATT, G. (Ed.). Ciência e tecnologia de alimentos . Barueri: Manole, 2015. GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B. da; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações . São Paulo: Nobel, 2009. OETTERER, M.; REGITANOD'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos . Barueri: Manole, 2010. 612 p.		
Bibliografia Complementar		
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. ORDÓÑEZ PEREDA, Juan A. (Colab.). Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos . Porto Alegre: Artmed, 2005. FELLOWS, P.; OLIVEIRA, F. C. (Trad). Tecnologia do Processamento de Alimentos: princípios e prática . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. FELLOWS, P.; OLIVEIRA, Florencia Cladera (Trad.). Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. ASSIS, L. de. Alimentos seguros: ferramentas para gestão e controle da produção e distribuição . 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2014.		

Componente Curricular: Administração Mercadológica		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
Conceitos básicos de marketing. Composto de marketing ou marketing <i>mix</i> . Análise do ambiente de marketing. Modelo de comportamento do consumidor. Canais de distribuição. Marketing de Business <i>To Business</i> . O papel do <i>trade marketing</i> .		
Bibliografia Básica		
COBRA, Marcos. A Administração de marketing no Brasil . 3. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/ coordenador Mário Otávio Batalha. Gestão Agroindustrial - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.		
Bibliografia Complementar		
KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. Gestão de propriedades rurais . - 7. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2014. URDAN, F. T.; URDAN, A. T. Gestão do composto de marketing . - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2013. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ZUIN, L. F. S. Agronegócios: gestão e inovação . São Paulo: Saraiva, 2006. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		

Componente Curricular: Agroecossistemas e Agroenergia		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		

Formas de agricultura, convencional e agroecológica: princípios, evolução, práticas adotadas, resultados, problemas. Conceito de sistema, ecossistema e agroecossistema. Estruturas dos agroecossistemas. Fundamentos de ecologia aplicados aos agroecossistemas. Princípios ecológicos na agricultura: dinâmica de nutrientes, da água e da energia. Dinâmica dos ecossistemas e agroecossistemas, diversidade e estabilidade dos agroecossistemas. Base ecológica do manejo de pragas e doenças. A ciclagem de nutrientes no agroecossistema através de adubação verde e da compostagem. Modelos alternativos de agricultura: orgânica, biodinâmica, natural. Conceito e importância da agroenergia. Matriz energética do Brasil e agroenergia no Brasil. Mercado mundial e brasileiro de agroenergia: etanol e biodiesel. Inserção brasileira no mercado mundial de agroenergia. Biomassa: conceitos, fontes e importância. Implicações econômicas, sociais e ambientais dos componentes do complexo agroenergético. Florestas energéticas do Brasil: biogás, etanol, biodiesel e resíduos agropecuários e florestais.

Bibliografia Básica

HINRICKS, R. A.; KLEINBACH, M.; REIS, L. B. dos. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
 MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
 BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA FASE, 1989.
 KNOTHE, G. et al. (Ed.). **Manual de biodiesel**. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2018.
 BRANCO, S. M. **Ecossistêmica**. 3. ed. São Paulo: Blücher, 2014.
 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: EMBRAPA, 2013.
 VASCONCELLOS, G. F.; VIDAL J. W. B. **O poder dos trópicos**. Meditação sobre a alienação energética na cultura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
 VIVAN, J. L. **Pomar ou floresta: princípios para manejo de agroecossistemas**. Cadernos de T.A. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Culturas Anuais

Carga Horária total: 72h

C.H. Extensão: 16h

Período Letivo: 4º semestre

Ementa

Panorama do mercado nacional e internacional para as principais culturas anuais. Caracterização da cadeia produtiva de culturas anuais. Culturas anuais e sua inserção nos arranjos produtivos locais. Planejamento da produção agrícola de culturas anuais. Manejo, controle sanitário e produtividade. Oportunidades e ameaças. Cadeias produtivas das principais culturas produtoras de grãos.

Bibliografia Básica

TAGLIAPETRA E. L., et al. **Ecofisiologia da soja: visando altas produtividades**. Editora Pallotti, 2. ed. Santa Maria, 2022. 432 p.
 RIBEIRO, B. S. M. R. et al. **Ecofisiologia do milho: visando altas produtividades**. Editora Pallotti, 1ª Edição, Santa Maria/RS, 2020, 230 p.
 BORÉM, A.; SCHEEREN, L. **Trigo: do plantio à colheita**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2015. 260 p.

Bibliografia Complementar

MEUS, L. D. et al. **Ecofisiologia do arroz: visando altas produtividades**. Editora Pallotti, 1ª Edição, Santa Maria/RS, 2020, 312 p.
 CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T.; BORÉM, A. **Feijão: do plantio a colheita**. Viçosa: Ed. UFV, 2015. 384 p.
 PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da (Ed.). **Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011.
 BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. **Sorgo do plantio a colheita**. UFV. 2014.
 SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. **Soja do plantio à colheita**. UFV, 2015.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Bovinos Leiteiros		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre bovinocultura leiteira no Brasil. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Bovinocultura leiteira e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos de bovinocultura leiteira.		
Bibliografia Básica		
NOVO, A. L. M.; SCHIFFLER, E. A. Princípios básicos para produção econômica de leite . São Carlos: EMBRAPA, 2006. EMBRAPA. Gado de leite: o produtor pergunta, a Embrapa responde . 3 ed. rev. e ampl. Brasília: EMBRAPA, 2012. CHAPAVAL, L.; PIERKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.		
Bibliografia Complementar		
HOLMES, C. W.; WILSON, G. F. Produção de leite à pasto . Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1989. PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional . 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V.B.P. Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo . Viçosa: Suprema, 2008. LUCCI, C. S. Nutrição e Manejo de Bovinos Leiteiros . São Paulo: Editora Manole Ltda. 1997. NEIVA, R. S. Produção de bovinos leiteiros: planejamento, criação, manejo . Lavras, MG: UFLA, 2000.		

Componente Curricular: Direito Agrário e Legislação Rural		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
Noções Gerais do Direito. Direitos Fundamentais. Propriedade e sua função social. Desapropriação. Reforma Agrária. Usucapião. Contratos agrários: arrendamento, parceria e comodato rural. Responsabilidade civil, ambiental e criminal. Direitos trabalhistas, previdenciários e tributários envolvendo o Agronegócio.		
Bibliografia Básica		
OLIVEIRA, U. M. de. Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente . Curitiba: Juruá, 2004. QUEIROZ, J. E. L.; SANTOS, M. W. B. dos (Coord.). Direito do agronegócio . 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011. MARQUES, B. F. Direito agrário brasileiro . 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.		
Bibliografia Complementar		
CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. BARROS, W. P. Curso de direito agrário: doutrina, jurisprudência, exercícios . 7. ed. rev. e atual. Livraria do advogado: Porto Alegre, 2012 MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . 27. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2020. SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores . São Paulo: Peirópolis, 2009. GOYOS JÚNIOR, D. de N. Direito Agrário Brasileiro e o Agronegócio Internacional . São Paulo: Observador Legal, 2007.		

Componente Curricular: Empreendedorismo e Inovação		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
Introdução ao empreendedorismo. Espírito empreendedor. Intraempreendedorismo. Elaboração de plano de negócios. Inovação: conceitos, tipologias, processo e difusão. Criatividade e geração de novas ideias.		

Bibliografia Básica
<p>CHIAVENATO, I. Dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>DOLABELA, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p>
Bibliografia Complementar
<p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>GAUTHIER, F. A. O.; MACEDO, M.; LABIAK JR., S. Empreendedorismo. Curitiba: Livro Técnico, 2010.</p> <p>DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>PROENÇA, A. Gestão da inovação e competitividade no Brasil: da teoria a prática. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>TIGRE, P. B. Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.</p> <p>ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Coord.). Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, [2019].</p>

Componente Curricular: Fitossanidade		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
<p>Desequilíbrio ambiental e a ocorrência de pragas, doenças e plantas daninhas. Principais fitopatógenos. Principais ordens de pragas. Principais espécies de plantas daninhas. Princípios de controle de doenças: evasão, erradicação, regulação, imunização, proteção, terapia e exclusão. Manejo e controle de doenças, pragas e plantas daninhas: controle biológico, controle cultural, controle químico e manejo integrado. Tipos de agroquímicos: fungicidas, inseticidas e herbicidas. Classificação, formulações, períodos de carência e classificação toxicológica, uso adequado, armazenamento e descarte de embalagens.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>AMORIN, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia. 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005.</p> <p>GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.</p> <p>LORENZI, H. Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas: Plantio Direto e Convencional. 6. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006.</p> <p>SILVA, A. A.; SILVA, J. F., Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa. ed. UFV, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ANDREI, E. Compêndio de Defensivos Agrícolas: Guia Prático de Produtos Fitossanitários para uso Agrícola. 8. ed. São Paulo: ANDREI, 2009.</p> <p>AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005.</p> <p>VARGAS, L.; ROMAN, E. S. Manual de manejo de controle de plantas daninhas. 1. Ed. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008.</p> <p>ZUCCHI, R.A.; SILVEIRA NETO, S.; NAKANO, O. Guia de Identificação de pragas agrícolas. Piracicaba: FEALQ, 1993.</p> <p>GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.</p>		

Componente Curricular: Administração da Produção e Operações		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 16h	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
<p>Administração da produção e operações: Conceitos, pressupostos e trajetória histórica. Sistemas de produção e operações. Estratégia e <i>trade-offs</i> em produção e operações. <i>Layout</i> de produção e operações. Organização do trabalho e ergonomia. Planejamento, programação e controle da produção.</p>		
Bibliografia Básica		

SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
 CORRÊA, H. L.; CORRÊA, C. A. **Administração de produção e operações: o essencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
 SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração**. 2.ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2013.
 PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
 CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2020.
 DE SORDI, J. O. **Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
 BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Bovinos de Corte e Ovinos

Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 5º semestre
---------------------------------	--------------------------	------------------------------------

Ementa

Situação atual, desafios e perspectivas do mercado nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação sobre ovinocultura e bovinocultura de corte no Brasil. Métodos de produção, sistemas de produção e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Ovinocultura, bovinocultura de corte e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos de ovinocultura e bovinocultura de corte.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, R. L.; BARBOSA, M. A. A. F. (Org.). **Bovinocultura de corte: desafios e tecnologias**. 2. ed. atual. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2014.
 SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V. B. P. **Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo**. Viçosa: Suprema, 2008.
 PINHEIRO, R. S. B. (Ed.). **Manual do criador de ovinos: orientações técnicas e rentabilidade do sistema de produção**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2018.

Bibliografia Complementar

EUCLIDES FILHO, K. **Cruzamento em gado de corte**. Brasília: EMBRAPA, 1996.
 GOTTSCHALL, C. S. **Produção de novilhos precoces: nutrição, manejo e custos de produção**. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005.
 CARDOSO, E. L. (Ed.). **Gado de corte no pantanal: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. São Paulo: EMBRAPA, 2012.
 COIMBRA FILHO, A. **Técnicas de criação de ovinos**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1992.
 RESTLE, J. **Eficiência na Produção de Bovinos de Corte**. Santa Maria: Editora Imprensa Universitária – UFSM, 2000.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Fruticultura e Silvicultura

Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 5º semestre
---------------------------------	--------------------------	------------------------------------

Ementa

Fruticultura e Silvicultura: importância econômica e social; Cadeia produtiva das principais espécies frutíferas e florestais; Noções de produção de mudas e implantação de espécies frutíferas e florestais.

Bibliografia Básica

FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. **Fruticultura, fundamentos e práticas**. Pelotas: UFPel, 1996.
 FRONZA, D. **Fruticultura comercial: destaque para pequenas áreas**. Porto Alegre: Santa Maria, 2006.
 PENTEADO, S.R. **Enxertia e poda de fruteiras: Como fazer mudas e podas**. Editora: Via Orgânica. 2007

Bibliografia Complementar

CUQUEL, F. L. (Org.) **Fruteiras de caroço: uma visão ecológica**. Curitiba: [s.n.], 2004.
 GALVÃO, A. P. M. (ed.) **Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos e Ambientais: Um guia para ações municipais e regionais**. EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisas Florestais. 2000.
 HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B.; CUNHA, U. S. **Introdução ao Manejo e Economia de florestas**. Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998.
 YAMAZOE, G.; VILAS BOAS, O. **Manual de Pequenos Viveiros Florestais**. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – Instituto Florestal. 2003.
 ROCHA, E. M. de M.; DRUMOND, M. A. (Ed.). **Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Coleção 500 perguntas, 500 respostas. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2011.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva de Olericultura		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
Introdução ao estudo da olericultura. Caracterização dos empreendimentos. Infraestrutura de produção e de mercado de produção. Planejamentos de hortas. Classificação das hortaliças. Métodos de propagação de hortaliças. Plasticultura. Sistemas de produção de hortaliças de folha. Sistemas de produção de hortaliças de flor. Sistemas de produção de hortaliças de fruto. Sistemas de produção de hortaliças de raiz e sistemas de produção de hortaliças de bulbo. Custos de produção e análise econômica. Pós colheita de hortaliças, beneficiamento e comercialização.		
Bibliografia Básica		
ANDRIOLO, J. L. Olericultura Geral: princípios e técnicas . Santa Maria: UFSM, 2002. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças . 3.ed. Viçosa: UFV, 2008. MORETTI, C. L. Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças . Ed. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007.		
Bibliografia Complementar		
BORNE, H. R. Produção de mudas de hortaliças . Guaíba: Agropecuária, 1999. BRASIL, J. E. P. P. et al. Compêndio de Plantas Medicinais . Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. FILHO, J. D. et al. Morango: Tecnologia de Produção e Processamento . Caldas: EPAMIG, 1999. FONTES, P. C. R. Olericultura: Teórico e prática . Ed. UFV, 2005. FONTES, P. C. R.; NICK, C. (Ed.). Olericultura: teoria e prática . 2. ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2019.		

Componente Curricular: Cooperativismo e Associativismo		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
Aspectos relativos ao Associativismo e Cooperativismo, histórico e sua importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. Legislação e aspectos jurídicos do da cooperativa e associação. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Responsabilidade social das cooperativas e das associações. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Gestão da organização cooperativa. Cooperativas comerciais. Experiências históricas de associativismo e cooperativismo no Brasil. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Cooperativismo e geração de renda.		
Bibliografia Básica		
DEMARCHI, L.; COSTA, E. da S. Cooperativismo . Curitiba: Livro Técnico, 2015. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. PINHO, D. B. O cooperativismo no Brasil . São Paulo: Saraiva, 2000.		
Bibliografia Complementar		

BÜTTENBENDER, P. L. (org). **Cooperativismo na região noroeste do Rio Grande do Sul**: experiências de gestão cooperativa e de promoção de desenvolvimento. Porto Alegre: SESCOOP, 2010.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

OLIVEIRA, U. M. de. **Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente**. Curitiba: Juruá, 2004.

CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

QUEIROZ, J. E. L.; SANTOS, M. W. B. dos (Coord.). **Direito do agronegócio**. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

Componente Curricular: Gestão Agroindustrial		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 8h	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
Noção de Commodity System Approach (CSA) e conceito de agronegócio. Sistema agroindustrial, visão sistêmica e mesoanálise. Principais aplicações do conceito de cadeia de produção agroindustrial. Gerenciamento de sistemas agroindustriais.		
Bibliografia Básica		
KAY, R. D.; EDWARDS, W. M.; DUFFY, P. A. Gestão de propriedades rurais . - 7. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2014.		
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . Vol. 2.3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.		
HARDING, H. A. Administração da produção . Tradução José Marques Junior. São Paulo: Atlas, 1981.		
Bibliografia Complementar		
TEIXEIRA, T. M.; FRANZIN, N. A. Ferramentas de gestão para o agronegócio . Curitiba: Livro Técnico, 2013.		
ZUIN, L. F.; QUEIROZ, T. R. (Coords.). Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade . - 2. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.		
BATALHA, M. O. (Coord.) Gestão Agroindustrial . GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais - 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
BATALHA, M. O. (Coord.); Gestão Agroindustrial . GEPAI: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
BATALHA, M. O. (Coord.); Gestão Agroindustrial . GEPAI: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

Componente Curricular: Tecnologia em Produção de Sementes		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
Mercado de sementes; Formação e estrutura das sementes; Fisiologia das sementes: germinação, vigor e dormência; Estabelecimento e condução dos campos de produção de sementes; Vistorias nos campos de produção de sementes; Controle de qualidade em sementes; Normas para produção de sementes e Atualidades/inovações em tecnologias em sementes.		
Bibliografia Básica		
CARVALHO, N. M. de; CARVALHO; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção . 1988.		
MARCOS FILHO, J. Fisiologia de Sementes de Plantas Cultivadas . Piracicaba - SP. Fealq, v.12, 2005, 495p.		
NASCIMENTO, Warley Marcos; BRASÍLIA, D. F. Hortaliças: tecnologia de produção de sementes . EMBRAPA Hortaliças, 2011.		
Bibliografia Complementar		

RAVA, Carlos A. et al. **Produção de sementes de feijoeiro comum livres de Colletotrichum lindemuthianum em várzeas tropicais irrigadas por subirrigação**. Embrapa Arroz e Feijão, 2002.

LINHARES, A. G.; ROSINHA, R. C. **A produção de semente de trigo no Brasil**. Embrapa Trigo. Documentos, 2004.

BRESEGHELLO, F. et al. **Produção de semente genética e pré-básica, na Embrapa Arroz e Feijão**. Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 2001.

PESKE, S. T.; VILLELA, F. A.; MENEGHELO, G. Produção de sementes. In: **Sementes: Fundamentos Científicos e Tecnológicos**. Silmar Teichert Peske; Francisco Amaral Villela; Geri Meneguelo. 3ªed. ver. e ampl. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2012, 564p.

SANTOS, AF dos; PARISI, J. J. D.; MENTEM, JOM. **Patologia de sementes florestais**. Colombo: Embrapa Florestas, 2011.

Componente Curricular: Contabilidade Rural e Custos		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Atividade Rural. Contabilidade: conceito, objetivos, campo de aplicação. Regimes contábeis. Contas: conceito, classificação, funções, estrutura e Plano de Contas. Demonstrações Contábeis. Introdução à contabilidade de custos. Classificação dos custos. Métodos de custeio. A contabilidade como instrumento de avaliação, decisão e controle das atividades rurais.		
Bibliografia Básica		
CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisória . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MARION, J. C. Contabilidade rural agrícola, pecuária e imposto de renda . 15. São Paulo Atlas 2020		
CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisória . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.		
Bibliografia Complementar		
MARION, J. C. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
FAVERO, H. L. Contabilidade: teoria e prática . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
ÁVILA, C. Contabilidade básica . Curitiba: Livro Técnico, 2010.		
LEITE, H. de P. Contabilidade para administradores . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.		
NEPOMUCENO, F. Contabilidade rural e seus custos de produção . São Paulo: Thomson, 2004.		

Componente Curricular: Extensão Rural		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 36h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Desenvolvimento rural sustentável. Diagnóstico de sistemas agrários. Meios e métodos de extensão rural: propostas tradicionais e inovadoras de extensão rural. Formas e princípios cooperativos de extensão rural.		
Bibliografia Básica		
SILVA, R. C. da. Extensão rural . São Paulo: Érica, 2019.		
SCHMITZ, H. (Org.). Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa . São Paulo: Annablume, 2010.		
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.		
Bibliografia Complementar		
MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea . São Paulo: Ed. UNESP, Brasília: NEAD, 2008.		
MOURA, J. C.; NETTO, V. A. F. Estratégias para o Desenvolvimento Agrário: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural . Piracicaba: FEALQ, 2005.		
SOUZA, I. F. de. Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária . Brasília: Embrapa, 2006.		
VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.		
CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável . Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004		

Componente Curricular: Gestão Ambiental
--

Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Ambiente, produção e sustentabilidade. Questões ambientais globais e locais relacionadas aos recursos naturais. Gestão dos resíduos. Legislação ambiental. Educação ambiental.		
Bibliografia Básica		
BARSANO, P. R. Gestão ambiental . São Paulo: Erica, 2014. DIAS, R. Gestão ambiental responsabilidade social e sustentabilidade . 3. São Paulo: Atlas, 2017. JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências . São Paulo: Atlas, 2013.		
Bibliografia Complementar		
SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . 27. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2020. BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J. Poluição ambiental e saúde pública . São Paulo: Érica, 2014. BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho e gestão ambiental . 5. São Paulo: Atlas, 2018. BERTOLINO, M. T. Sistemas de gestão ambiental na indústria alimentícia . Porto Alegre: ArtMed, 2012. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental responsabilidade social corporativa . 9. São Paulo: Atlas, 2019.		

Componente Curricular: Gestão de Pessoas		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
O ambiente organizacional. Desafios para a gestão de pessoas. A evolução das relações de trabalho. O modelo de gestão de pessoas: abordagem conceitual e sua divisão enquanto subsistemas (provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoração).		
Bibliografia Básica		
CHIAVENATO, I. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos . 7. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009. ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. Fundamentos de gestão de pessoas . São Paulo: Saraiva, 2013. BARBIERI, U. F. Gestão de pessoas nas organizações conceitos básicos e aplicações . São Paulo: Atlas, 2016.		
Bibliografia Complementar		
CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 4. ed. São Paulo: Manole, 2014. ARAÚJO, L. C. G. de. Gestão de pessoas estratégias e integração organizacional . 2. São Paulo: Atlas, 2014. BICHUETTI, L. B. Gestão de pessoas não é com o RH . 3. São Paulo: Saint Paul, 2020. CHIAVENATO, I. Coaching e mentoring construção de talentos: as novas ferramentas da gestão de pessoas . 4. São Paulo: Atlas, 2021. CHIAVENATO, I. Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados . 7. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2016.		

Componente Curricular: Planejamento e Projetos em Agronegócios		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Noções gerais de planejamento. Planejamento estratégico no espaço rural. Projetos: fases do projeto; tipos de projetos; custos de projetos; planejamento e produção. Empresas e projetos agropecuários. Programas e projetos em agronegócio: experiência brasileira e desenvolvimento.		
Bibliografia Básica		
BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática . Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. BIAGIO, L. A.; BATOCCHIO, A. Plano de negócios estratégia para micro e pequenas empresas . 4. ed. São Paulo: Manole, 2012. GERBER, M. E. Empreender fazendo a diferença . São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.		

Bibliografia Complementar		
CHIAVENATO, I. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
CLEMENTE, A. Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 2008.		
GITMAN, L. J. Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras . 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
MENEZES, M. C. L. Gestão de Projetos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
OLIVEIRA, G. B. MS Project & Gestão de Projetos . São Paulo: Makron, 2006.		

Componente Curricular: Políticas Públicas no Agronegócio		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Política agrícola para o meio rural: política agrícola e política agrária. Instrumentos de política agrícola: preços mínimos, controle da oferta. Estoques reguladores, subsídios, impostos, preços máximos. Evolução da política agrícola no Brasil: políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal para o agronegócio brasileiro. Política macroeconômica: políticas de estímulos fiscais, financeiros e institucionais. Política florestal e de proteção ambiental. Política comercial. Logística e transporte.		
Bibliografia Básica		
BROSE, M. Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.		
MENDES, Gilmar. Políticas públicas no Brasil uma abordagem institucional . São Paulo: Saraiva, 2017.		
PLOEG, J. D. V. Camponeses e Impérios Alimentares . Porto Alegre: UFRGS, 2008.		
Bibliografia Complementar		
ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1997.		
BAREMBLITT, G. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática . 5ª ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.		
MOURA, J. C; NETTO, V. A. F. Estratégias para o Desenvolvimento Agrário: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural . Piracicaba, FEALQ, 2005.		
SOUZA, I. F. de. Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária , Brasília, Embrapa, 2006.		
VIEIRA, A. P. Política Agrícola . Lavras: UFLA/FAEP, 2000.		

Componente Curricular: Tecnologia de Pós-Colheita de Grãos e Sementes		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Estrutura de armazenamento de sementes e grãos; Determinação do ponto de colheita de sementes e grãos; Métodos de amostragem e equipamentos para determinação de umidade; Fatores que afetam a colheita; Perdas quantitativas e qualitativas na colheita; Tipos de colheita; Pós-colheita: recepção, secagem e armazenamento de sementes e grãos.		
Bibliografia Básica		
PUZZI, D. Abastecimento e armazenagem de grãos . Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2000.		
SILVA, J. S. (Ed.) Secagem e Armazenagem de Produtos agrícolas . Viçosa, MG. 2008.		
BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. SISLEGIS: Sistema de Legislação Agrícola Federal . Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/legislacao/sislegis . Acesso em 26.07.2011. CARVALHO, N. M. de. A secagem de sementes . 2. ed. FUNEP. 2005.		
Bibliografia Complementar		
ELIAS, M. C. Tecnologias para armazenamento e conservação de grãos em pequenas e médias escalas . Pelotas: Egigraf, 2001.		
SANCHEZ, L. (Coord.). Manual de armazenamento e embalagem: Produtos agropecuários . Botucatu: FEPAF, 1983.		
WEBER, E. A. Excelência em beneficiamento e armazenagem de grãos . Porto Alegre: La Salle, 2004.		

Componente Curricular: Tecnologia de Pós-Colheita de Frutas e Hortaliças		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: 0h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Perdas pós-colheita no Brasil e suas causas. Sistemas de beneficiamento, classificação, embalagem, armazenamento e transporte pós-colheita de frutas e hortaliças. Desordens fisiológicas, doenças e pragas em pós-colheita. Métodos de manutenção da qualidade usados em pós-colheita de frutas e hortaliças. Exigências mercadológicas.		
Bibliografia Básica		
LUENGO, R. de F. A.; CALBO, A. G. (Ed.). Pós-colheita de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde . São Paulo: EMBRAPA, 2011.		
CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio . 2. ed. rev. e ampl. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2005. 783 p.		
NEVES, L. C. (Org.). Manual Pós-Colheita da Fruticultura Brasileira . Londrina, PR: Eduel, 2009. 493p.		
Bibliografia Complementar		
KLUGE, R. A. et al. Fisiologia pós-colheita de frutas de clima temperado . Campinas: Rural, 2002.		
LUENGO, R. de F. A. et al. (Ed.). Pós-Colheita de Hortaliças . Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 100p. (Coleção Saber, 6)		
SANCHEZ, L. (Coord.). Manual de armazenamento e embalagem: Produtos agropecuários . Botucatu: FEPAF, 1983.		
FERREIRA, M. D. (Ed.). Colheita e Beneficiamento de Frutas e Hortaliças . São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2008. 144p.		
FERREIRA, M. D. (Ed.) Tecnologias Pós-Colheita em Frutas e Hortaliças . São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2011. 286p.		
FERREIRA, M. D. (Ed.) Instrumentação pós-colheita em frutas e hortaliças . Brasília, DF: Embrapa, 2017. 284p.		

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	
Carga Horária total: 120h	Período Letivo: após o 3º semestre
Ementa	
Implementação dos conhecimentos construídos durante o curso à prática real de trabalho na área de atuação profissional. Orientação e acompanhamento da prática do estagiário no ambiente de trabalho. Elaboração de relatório de estágio.	
Bibliografia Básica	
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.	
NALINI, J. R. Ética geral e profissional . 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.	
ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (Coord.). Agronegócios: gestão, inovação e sustentabilidade . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, [2019].	
Bibliografia Complementar	
CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2014].	
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.	
NEVES, M. F. Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para liderança mundial na produção de alimentos e bionergia . São Paulo: Atlas, 2009.	
MONTROYA, M. A.; ROSSETTO, C. R. Abertura econômica e competitividade no agronegócio brasileiro . Passo Fundo: UPF, 2002. 2v.	
SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. Ética . 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.	

4.14.2. Componentes curriculares eletivos

Componente Curricular: Agricultura de Precisão
Carga Horária: 36h
Ementa
Agricultura de precisão princípios e bases tecnológicas; Sistemas de informação geográfica (SIG) e sensoriamento remoto; Sistema Global de Posicionamento (GPS); Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS); Tipos de correção de sinal; Sistemas de coleta de dados e mapeamento; Monitoramento de produtividade; Máquinas e equipamentos utilizados na agricultura de precisão.
Bibliografia Básica
BOREM, A.; GIUDICE, M. P.; QUEIROZ, D. M.; MANTOVANI, E. C.; FERREIRA, L. R.; VALLE, F. X. R.; GOMIDE, R. L. Agricultura de precisão . Viçosa: Editora UFV, 2000. RIPOLI, T. C. C.; MOLINA JÚNIOR, W. F.; RIPOLI, M. L. C. Manual prático do agricultor: máquinas agrícolas . 1 ed. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005. SILVA, F. M.; GORGES, P. H. M. Mecanização e agricultura de precisão . Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, 1998.
Bibliografia Complementar
COMETTI, N. N. Mecanização agrícola . Curitiba: Livro Técnico, 2012. MIALHE, L. G. Máquinas agrícolas: ensaios e certificação . Piracicaba: FEALQ, 1996. MONTEIRO, L. A.; SILVA, P. R. A. Operação com Tratores Agrícolas . Botucatu: Ed. Dos autores. 1º Ed. 2009. MOLIN, J. P.; AMARAL, L. R. do; COLAÇO, A. F. Agricultura de precisão . São Paulo: Oficina de textos, 2015.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva da Apicultura
Carga Horária: 36h
Ementa
Introdução ao estudo da apicultura. Biologia e evolução das abelhas. Raças. Manejo, equipamentos e materiais. Segurança e sanidade. Abelhas e a legislação ambiental. Importância da apicultura no contexto do agronegócio.
Bibliografia Básica
WITTER, S.; NUNES-SILVA, P.; BLOCHTEIN, B.; LISBOA, B. B.; IMPERATRIZ-FOMSECA, V. L. As abelhas e a agricultura . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 143p. (E-book). Disponível em: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks//Pdf/978-85-397-0658-7.pdf . Acessado em: 12 de out. 2022. INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Apicultura . Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 56 p. (Cadernos tecnológicos). TORRES, V. S.. Flora de importância apícola e meliponícola . São Paulo: LP-Books, 2012. 198 p.
Bibliografia Complementar
SILVEIRA, F. A.; MELO, G. A. R.; ALMEIDA, E. A. B. Abelhas brasileiras: sistemática e identificação . Belo Horizonte: Fernando A. Silveira, 2002. 253p. WALDSCHMIDT, A. M.; COSTA, P. S. C.. Criação de abelhas nativas sem ferrão: urucu, mandaçaia, jataí e iraiá . Viçosa, MG: CPT, 2007. 200 p. WITTER, S.; BLOCHTEIN, B.. Espécies de Abelhas Sem Ferrão De Ocorrência No Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Versátil Artes Gráficas, 2008. 63 p. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/AbelhasSemFerraio.pdf . Acessado em: 12 de out. 2022. WITTER, S.; NUNES-SILVA, P.; BLOCHTEIN, P. Abelhas na Polinização da Canola . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 72p. WITTER, S.; NUNES-SILVA, P. Manual de boas práticas para o manejo e conservação de abelhas nativas (meliponíneos) . Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2014. 141 p. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/21110058-manual-para-boas-praticas-para-o-manejo-e-conservacao-de-abelhas-nativas-meliponineos.pdf . Acessado em: 12 de out. 2022.

Componente Curricular: Cadeia Produtiva da Piscicultura
Carga Horária: 36h
Ementa
Situação atual, desafios e perspectivas do mercado da piscicultura nacional e mundial. Avaliação dos potenciais e condicionantes da produção. Legislação. Métodos de produção, sistemas de cultivo e manejo. Controle de qualidade dos produtos. Estratégias de comercialização: marketing e planejamento. Piscicultura e sustentabilidade. Gestão ambiental de empreendimentos.
Bibliografia Básica
MENEZES, A. Aquicultura na pratica: peixes, camarões, ostras, mexilhões, sururus. 4. ed. rev. ampl. e atual. Sao Paulo: Nobel, 2009. VINATEA ARANA, L. Fundamentos de aqüicultura. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004. VINATEA ARANA, L. Qualidade da água em aquicultura: princípios e práticas. 3. ed. rev. e mod. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.
Bibliografia Complementar
AUOZANI, L. L.; REDIN, E.; HÖFLER, C. E. Plano estratégico de desenvolvimento da aqüicultura e pesca. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007. BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada a piscicultura. 2. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM, 2009. GONÇALVES, A. A. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. São Paulo: Atheneu, 2011. LOGATO, P. V.R. Nutrição e alimentação de peixes de água doce. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. OSTRENSKY, A.; BOEGER, W. A. Piscicultura: fundamentos e técnicas de manejo. Guaíba, RS: Agropecuária, 1998

Componente Curricular: Espanhol Instrumental
Carga Horária: 36h
Ementa
Estudo da Língua Espanhola com ênfase na leitura e na compreensão de textos de interesse das áreas ligadas ao curso. Técnicas de tradução.
Bibliografia Básica
ALVES, A.; MELO, A. Mucho: Español para Brasileños. 2. ed. Moderna: São Paulo, 2004. MILANI, E. M. Gramática de Espanhol para Brasileiros. Ed. Saraiva, 2. ed., 2000. SARAIVA. Minidicionário Saraiva Espanhol-Português, Português-Espanhol. 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
Bibliografia Complementar
AGUIRRE BELTRÁN, B. El Español por Profesionales. SGEL: Madrid, 1994. BERLITZ. Espanhol para Viagem e Dicionário. 2. ed. Oxford, 1997. BURGOS, M. A.; REGUEIRO, M. A. V. Michaelis S.O. S Espanhol: Guia Prático de Gramática. Tradução: Andréa Silva Ponte. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997. SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños. Universidad Alcalá de Henares. Tradução: Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001. VILELA, A. C. Espanhol: Conversação para Viagem. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

Componente Curricular: Inglês Instrumental
Carga Horária: 36h
Ementa
Estudo da Língua Inglesa com ênfase na leitura e na compreensão de textos de interesse das áreas ligadas ao curso. Técnicas de tradução.
Bibliografia Básica
CONCEIÇÃO, A.; COSTA, G.; MELLO, L. Leitura em Língua Inglesa: Uma Abordagem Instrumental. Disal Editora, 2010. MATHESON, R.; PHILLIPS, T. English for Agribusiness and Agriculture in Higher Education Studies. Garnet, 2009. OXFORD. Dicionário escolar para Estudantes Brasileiros. Oxford: OUP, 2005.

Bibliografia Complementar
AMORIM, J. O. Longman gramática escolar da língua Inglesa . São Paulo: Longman, 2007. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês . Paulo: Melhoramentos, 2008. MUNHOZ, R. Inglês Instrumental: estratégias de leitura . Módulo 1. São Paulo: Texto novo, 2000. MURPHY, R. Essential Grammar in use a reference practice book for elementary students of use: English . Cambridge: Cambridge University Press, 2007. TORRES, N. Gramática prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado . São Paulo: Saraiva, 2007.

Componente Curricular: Libras
Carga Horária: 36h
Ementa
Representações históricas, cultura, identidade e comunidade surda. Políticas Públicas e Linguísticas na educação de Surdos. Libras: aspectos gramaticais. Práticas de compreensão e de produção de diálogos em Libras.
Bibliografia Básica
CAPOVILLA, F. C. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue: Língua Brasileira de Sinais . São Paulo: Edusp, 2003. KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos , Florianópolis, SC: Artmed, 2004. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
Bibliografia Complementar
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. SKLIAR, C. (org). Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. SKLIAR, C. (org). Atualidades da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. STROBEL, K. Cultura surda . Editora da UFSC, 2008. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Componente Curricular: Segurança Alimentar e Sustentabilidade
Carga Horária: 36h
Ementa
Segurança Alimentar. Expansão da Produção. Políticas Públicas: experiência brasileira e internacional. Segurança alimentar e modelos de sustentabilidade.
Bibliografia Básica
AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar . Porto Alegre: Artmed, 2002.
Bibliografia Complementar
AMARAL, A. B. do. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (BRASIL). Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil . Brasília: CONAB, 2008. AMARAL, A. A. do. Fundamentos de agroecologia . Curitiba: Livro Técnico, 2011. ASSIS, L. de. Alimentos seguros: ferramentas para gestão e controle da produção e distribuição . 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2014. MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. Ecologia e Sustentabilidade . Ed. Cengage Learning. 2013. PIMENTA, H. C. D. Gestão ambiental . Curitiba: Livro Técnico, 2012.

Componente Curricular: Tópicos em Agroecologia
Carga Horária: 36h
Ementa
Princípios e processos da transição agroecológica, sistemas de produção agroecológico vegetal e animal, biodiversidade, manejo agroecológico, bioinsumos e serviços ambientais.
Bibliografia Básica
ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2000. 654 p.
GOMES, J. C. C. & ASSIS, W. S. de. Agroecologia: princípios e reflexões conceituais (ed). Brasília, DF: EMBRAPA, 2013. 245P. (Coleção Transição Agroecológica: V1)
Bibliografia Complementar
AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L.de (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005.
PAULUS, G.; MULLER, A.M.; BARCELLOS, L.A.R. AGROECOLOGIA aplicada: praticas e métodos para uma agricultura de base ecológica. 2. ed. Porto Alegre: EMATER, 2001
MASSUKADO, L. M. Compostagem: nada se cria, nada se perde; tudo se transforma. Brasília: IFB, 2016.
MELLER, C. B. (Org.). Alimentação orgânica: uma opção saudável. Santa Rosa: IF Farroupilha, 2016.
AMARAL, A. A. do. Fundamentos de agroecologia. Curitiba: Livro Técnico, 2011.
PRIMAVESI, A.. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

Componente Curricular: Tópicos em Análises de Sementes
Carga Horária: 36h
Ementa
Amostragem; Determinação de umidade; Análise de pureza; Exame de sementes silvestres nocivas; Teste de germinação; Teste de tetrazólio; Testes de vigor; Determinações adicionais e outros testes.
Bibliografia Básica
FERREIRA, A. G.; BORGHETTI, F. (Org.). Germinação: do básico ao aplicado. Porto Alegre: Artmed, 2004. Disponível em: https://www.livrebooks.com.br/livros/germinacao-do-basico-ao-aplicado-alfredo-gui-ferreira-fabian-borghetti-ttcaaaaacaaj/baixar-ebook . Acessado em: 06 de out. 2022.
BRASIL. Ministério da Agricultura. Regras para análise de sementes. Brasília: LANARV/SNAD/MA, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/lfda/arquivos-publicacoes-laboratorio/regras-para-analise-de-sementes.pdf . Acessado em: 06 de out. 2022.
MARCOS FILHO, Júlio. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: FEALQ, 2005.
Bibliografia Complementar
BRASIL. Legislação brasileira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
INTERNATIONAL SEED TESTING ASSOCIATION. International rules for seed testing. Rules, 2007.
KRZYZANOWSKI, F. C.; VIEIRA, R.D. & FRANÇA NETO. Vigor de Sementes: Conceitos e Testes. ABRATES. Londrina, 1999.
MARCOS FILHO, J.; CÍCERO, S.M.; SILVA, W.R. Avaliação da qualidade das sementes. Piracicaba, FEALQ, 1987.
MARCOS FILHO, J. Fisiologia de sementes de plantas cultivadas. Piracicaba: Esalq/USP/Fealq, 2005.

Componente Curricular: Tópicos em Desenvolvimento Regional
Carga Horária: 36h
Ementa
Teorias e estratégias do desenvolvimento regional. Papel do Estado para a Economia Regional. Arranjos produtivos locais. Estratégia e planificação da biosfera para o desenvolvimento regional. Desenvolvimento agrícola sustentável.
Bibliografia Básica

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. GEPAl: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2006.

HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B. de; CUNHA, U. S. da. **Introdução ao manejo e economia de florestas**. Curitiba : Ed. UFPR, 1998.

CARVALHO, J. O. de. **Desenvolvimento Regional: um problema político**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 340p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wgg9f/pdf/carvalho-9788578792770.pdf>. Acessado em: 12 de out. 2022.

Bibliografia Complementar

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. - 2. ed. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

SILVA, R. A. M. S. **Economia verde e a sustentabilidade no agronegócio familiar**.

VEIGA, J. E. **Economia socioambiental**. São Paulo : Editora Senac, 2009.

CGEE. **Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012. 228p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Economia_Verde_web_25102013_9537.pdf/d42012b6-a5d4-488d-8bc0-680662c47d89?version=1.4. Acessado em: 12 de out. 2022.

FONSECA, A. I. A. et al. (Org.). **O protagonismo da agricultura familiar no desenvolvimento rural: os dez anos do REA frente à diversidade do rural brasileiro**. Montes Claros, MG: Caminhos Iluminados, 2022. 374 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2022/06/e-BOOK-O-protagonismo-da-agricultura-familiar-no-desenvolvimento-rural.indd.pdf>. Acessado em: 12 de out. 2022.

Componente Curricular: Tópicos em Economia Solidária

Carga Horária: 36h

Ementa

Conceitos de economia solidária de importância no agronegócio. Uso da economia solidária na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de caso.

Bibliografia Básica

GAIGER, L. I. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. In: **Economia Solidária I**. p. 18 - 38. (www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf).

ICAZA, A. M. S.; FREITAS, M. R. de. **Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência**. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: **Economia Solidária I**. p. 4-15. (www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf).

Bibliografia Complementar

APUCHA, L.; PEGADO, E.; SALEIRO, S. **Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais**. Lisboa: PROFISSS, 1999.

CARVALHO, C. P. **Economia popular: Uma via de modernização para Alagoas**. 3. Ed. Editorial UFAL, 2008.

CATTANI, A. D. **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2005.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Manual Gestão do Ciclo de Projecto: Abordagem Integrada e Quadro Lógico. Série Métodos e Instrumentos para a Gestão do Ciclo de Projecto**. Bruxelas, 1993.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. **Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

Componente Curricular: Tópicos em Frutíferas de Importância Regional

Carga Horária: 36h

Ementa

Potencial de exploração econômica de frutíferas de clima temperado e subtropical de importância regional: videira, citros, pessegueiro e figueira. Mercados, consumo e comercialização de frutas e derivados. Associativismo, cooperativismo e empreendedorismo na cadeia produtiva da fruticultura.

Bibliografia Básica

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva de frutas**. Brasília: IICA, 2007. 101 p. (Agronegócios; 7).
GOMES, Pimentel. **Fruticultura brasileira**. 13. ed. São Paulo: Nobel, 2007. 446 p.
EFROM, C. F. S.; DE SOUZA, P. V. D. (Org.). **Citricultura do Rio Grande do Sul**: indicações técnicas. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação - SEAPI; DDPA, 2018. 289p. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/15144652-citricultura-do-rio-grande-do-sul-indicacoes-tecnicas-efrom-souza.pdf>. Acessado em: 12 de out. 2022.

Bibliografia Complementar

CHAVARRIA, G.; SANTOS, H. P. dos (Ed.). **Fruticultura em ambiente protegido**. Brasília: EMBRAPA, 2012. 278 p.
SILVEIRA, S. V. da et al. **Implantação e manejo de vinhedos de base ecológica**. Bento Gonçalves, RS: Embrapa Uva e Vinho, 2011. 86 p. (Documentos).
GIOVANINNI, E.; MANFROI, V. **Viticultura e enologia**: elaboração de grandes vinhos nos terroirs brasileiros. Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2009. 360 p.
OLIVEIRA, R. P. de; et al. **Cultivares de citros recomendadas pela Embrapa Clima Temperado para o Rio Grande do Sul em 2015**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2017. 32p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/167343/1/Documento-429.pdf>. Acessado em: 12 de out. 2022.
RASEIRA, M. do C. B.; PEREIRA, J. F. M.; CARVALHO, F. L. C. (Ed. Técnicos). **Pessegueiro**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 776p.

Componente Curricular: Tópicos em Horticultura

Carga Horária: 36h

Ementa

Reconhecimento, cultivo e uso das principais Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) da região; alimentos biofortificados; Plantas Bioativas (medicinais, aromáticas e condimentares); Tecnologias em Horticultura.

Bibliografia Básica

KINUPP, V. F. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc) No Brasil**. Editora: Plantarum; 2ª edição (1 janeiro 2021), 768p.
FAYAD, J. A, ARL, V., COMIN, J. MAFRA, AMARCHESI, D. R. (Org). **Sistema de Plantio Direto de Hortaliças**: Método de transição para um novo modo de produção. Epagri: Florianópolis, 2ª edição (setembro 2019), 431p.
LORENZI, H. **Plantas Medicinais no Brasil**. Editora: Plantarum (1 janeiro 2021). 576p.

Bibliografia Complementar

LAMEIRA, O. A.; PINTO, J. E. B. P. (Ed.). **Plantas medicinais**: do cultivo, manipulação e uso à recomendação popular. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008.
SARTORI, V. C. et al. (Org). **Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC**: resgatando a soberania alimentar e nutricional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2020. 118p.
MARTINEZ, H. E. P. **Manual Prático de Hidroponia**. Editora: Aprenda Fácil; 4ª edição, 2021. 294p.
SOUSA, V. F. de; et al. (Ed. Técnicos). **Irrigação e fertirrigação em fruteiras e hortaliças**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 771 p.
CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. (Ed. Técnicas). **Horta em pequenos espaços**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 56 p.

Componente Curricular: Tópicos em Informações Gerenciais

Carga Horária: 36h

Ementa

Conceitos de informações gerenciais de importância no agronegócio. Uso de informações gerenciais na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de caso.

Bibliografia Básica

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
GORDON, S. R.; GORDON, J. R. **Sistemas de Informação**: uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar
GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica . São Paulo: Pearson, 2007. O'BRIEN, J. A. Sistemas de Informação: e as decisões gerenciais na era da internet . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. SHITSUKA, R. I. C. M. Sistemas de Informação: um enfoque computacional . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. ZUIN, L. F. S. Agronegócios: gestão e inovação . São Paulo: Saraiva, 2006.

Componente Curricular: Tópicos em Manejo Integrado
Carga Horária: 36h
Ementa
Conceituação e caracterização de manejo integrado. Manejo integrado de pragas, plantas daninhas e doenças em plantas cultivadas.
Bibliografia Básica
AMORIN, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia . 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005. GALLO, D. et al. Entomologia agrícola . Piracicaba: FEALQ, 2002. LORENZI, H. Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas: Plantio Direto e Convencional . 6. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006.
Bibliografia Complementar
ANDREI, E. Compêndio de Defensivos Agrícolas: Guia Prático de Produtos Fitossanitários para uso Agrícola . 8. ed. São Paulo: ANDREI, 2009. AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. VARGAS, L.; ROMAN, E. S. Manual de manejo de controle de plantas daninhas . 1. Ed. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008. SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas . Viçosa. ed. UFV, 2007. ZUCCHI, R.A.; SILVEIRA NETO, S.; NAKANO, O. Guia de Identificação de pragas agrícolas . Piracicaba: FEALQ, 1993.

Componente Curricular: Tópicos em Produção de Grãos
Carga Horária: 36h
Ementa
Ecofisiologia de plantas. Planejamento da produção vegetal visando altas produtividades. Manejo das culturas com aplicação de tratamentos culturais de acordo com o desenvolvimento das plantas. Intensificação sustentável da produção de grãos.
Bibliografia Básica
TAGLIAPETRA E. L., et al. Ecofisiologia da soja: visando altas produtividades . Editora Pallotti, 2. ed. Santa Maria, 2022. 432 p. RIBEIRO, B. S. M. R. et al. Ecofisiologia do milho: visando altas produtividades . Editora Pallotti, 1ª Edição, Santa Maria/RS, 2020, 230 p. BORÉM, A.; SCHEEREN, L. Trigo: do plantio à colheita . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2015. 260 p.
Bibliografia Complementar
MEUS, L. D. et al. Ecofisiologia do arroz: visando altas produtividades . Editora Pallotti, 1ª Edição, Santa Maria/RS, 2020, 312 p. CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T.; BORÉM, A. Feijão: do plantio a colheita . Viçosa: Ed. UFV, 2015. 384 p. PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da (Ed.). Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável . Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011. BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. Sorgo do plantio a colheita . UFV. 2014. SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. Soja do plantio à colheita . UFV, 2015.

Componente Curricular: Tópicos em Produção e Tecnologia de Sementes
Carga Horária: 36h
Ementa
Morfologia e embriologia de sementes. Produção, beneficiamento e armazenamento de sementes. Formação, crescimento e desenvolvimento de sementes. Germinação, dormência, produção e custos em sementes. Análise de sementes, vigor e métodos de controle da qualidade de sementes.
Bibliografia Básica
CARVALHO, N. M. de; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção. 1988. CARVALHO, N. M. de. A secagem de sementes. 2. ed. FUNEP. 2005. MARCOS FILHO, J. Fisiologia de Sementes de Plantas Cultivadas. Piracicaba - SP. Fealq, v.12, 2005, 495p.
Bibliografia Complementar
NASCIMENTO, W. M. Hortaliças: tecnologia de produção de sementes. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2011. RAVA, C. A. et al. Produção de sementes de feijoeiro comum livres de <i>Colletotrichum lindemuthianum</i> em várzeas tropicais irrigadas por subirrigação. Embrapa Arroz e Feijão, 2002. LINHARES, A. G.; ROSINHA, R. C. A produção de semente de trigo no Brasil. Embrapa Trigo. Documentos, 2004. BRESEGHELLO, F. et al. Produção de semente genética e pré-básica, na Embrapa Arroz e Feijão. Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 2001. SANTOS, A. F. dos; PARISI, J. J. D.; MENTEM, J. O. M. Patologia de sementes florestais. Colombo: Embrapa Florestas, 2011.

Componente Curricular: Tópicos em Qualidade Total
Carga Horária: 36h
Ementa
Conceitos de qualidade total de importância no agronegócio. Uso do conhecimento sobre qualidade total na resolução de problemas no agronegócio. Estudos de casos.
Bibliografia Básica
ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. Qualidade Total na Agropecuária. 3. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. ROBLES JR., A.; BONELLI, V. V. Gestão da Qualidade e do Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, T. T. da. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
Bibliografia Complementar
ARAÚJO, L. C. G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão da qualidade total e reengenharia. 4. ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2008. v 1. ARRUDA, G. A. Manual de Boas Práticas. Vol. II: Unidades de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Sirius, 1999. CARVALHO, M. M. de; PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2005. PALADINI, E. P. Qualidade total na prática: implantação e avaliação do sistema de qualidade total. São Paulo: Atlas, 1994. ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; NEVES, E. M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.

Componente Curricular: Tópicos em Uso, Manejo e Conservação dos Solos
Carga Horária: 36h
Ementa
Erosão do solo. Sistemas de preparo do solo. Sistemas de cultivo. Práticas conservacionistas.
Bibliografia Básica
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. São Paulo: Ícone, 2008. LEITE, L. F. C.; MACIEL, G. A.; ARAÚJO, A. S. F. Agricultura conservacionista no Brasil. Embrapa. 2014. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. NBL Editora, 2002.
Bibliografia Complementar

BEZERRA, J. F. **Solo**: substrato da vida. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006.
 DE LIMA FILHO, O. F. et al. (Ed.). **Adubação verde e plantas de cobertura no Brasil**: fundamentos e prática. EMBRAPA, v.1, 2014.
 CORINGA, de A. O. **Solos**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.
 SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. **Classificação da aptidão agrícola das terras**: um sistema alternativo. Guaíba: Agro livros, 2007.
 LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de textos, 2002.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os itens a seguir descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação necessários para o funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso. Nos itens abaixo, também estão dispostas as atribuições da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso, do Núcleo Docente Estruturante e as políticas de capacitação.

5.1. Corpo Docente atuante no curso

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Adelino Jacó Seibt	Graduação em Letras e Filosofia	Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ
2	Adilson Ribeiro Paz Stamberg	Graduação em Administração Licenciatura em Educação Profissional com habilitação em Administração Rural, Agricultura e Zootecnia	Doutorado em Administração/UFMS
3	Airam Fernandes da Silva	Graduação em Agronomia	Doutorado em Ciências e Tecnologias de Sementes/UFPel
4	Ângela Pawlowski	Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Ciências Biológicas	Doutorado em Botânica/UFRGS
5	Diego Pretto	Graduação em Administração	Mestrado em Gestão de Organizações Públicas/UFMS
6	Dionara Denize Cavinatto	Graduação em Direito	Mestrado em Direito/URI
7	Elaine Luiza Biacchi Vione	Graduação em Agronomia	Doutorado em Ciência do Solo/UFMS
8	Fátima Regina Zan	Graduação em Ciências Contábeis Graduação em Administração	Doutorado em Ciência da Propriedade Intelectual/UFS
9	Jéssica Maria Rosa Lucion	Graduação em Ciências Sociais	Doutorado em Sociologia/UFGRS
10	Kelly de Fátima Castilhos	Graduação em Filosofia	Mestrado em Filosofia/UFSC
11	Letícia Domanski	Graduação em Português-Espanhol e Respectivas Literaturas	Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ
12	Lara Taciana Biguelini Wagner	Graduação em Informática	Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ
13	Luis Henrique Loose	Graduação em Agronomia	Doutorado em Agronomia/UFMS
14	Manuela Sulzbach Rodrigues	Graduação em Agronomia	Doutorado em Fitotecnia/UFGRS
15	Rosane Rodrigues Pagno	Graduação em Administração	Mestrado em Engenharia da Produção/UFMS
16	Sônia Regina Scheleski	Licenciatura Plena em Matemática	Mestrado em Ensino Científico e Tecnológico/URI
17	Thaiane da Silva Socoloski	Graduação em Letras Português- Inglês e Respectivas Literaturas	Mestrado em Letras/UFMS
18	Talitha Comaru	Graduação em Fisioterapia	Doutorado em Pediatria e Saúde da Criança/PUCRS

5.2. Atribuições da Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições: assessorar no planejamento, na orientação, no acompanhamento, na implementação e na avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do IFFar.

A coordenação de curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do IFFar, por meio do diálogo com Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino, NPI, corpo docente e discente, TAEs ligados ao ensino e Direção de Graduação da PROEN. Seu trabalho deve ser orientado pelo Plano de Gestão, elaborado anualmente.

Além das atribuições descritas anteriormente, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IFFar que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.3. Atribuições do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo, permanente, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da instituição. É responsável pela execução didático-pedagógica, atuando no planejamento, no acompanhamento e na avaliação das atividades do curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, apresentadas por docentes ou estudantes, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;

II - realizar atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e técnico no âmbito do curso;

III - acompanhar e discutir as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários à sua constante melhoria;

IV - propor e avaliar projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso de acordo com o seu PPC;

V - analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e a evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;

VI - fazer cumprir a Organização Didático-Pedagógica do Curso, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;

VII - aprovar e apoiar o desenvolvimento das disciplinas eletivas e optativas do curso; e

VIII - atender às demais atribuições previstas nos regulamentos institucionais.

O Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão do Agronegócio é constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso; 50% do corpo docente do curso, no mínimo; um representante discente, eleito por seus pares; e um representante dos TAEs, com atuação relacionada ao curso, eleito por seus pares.

As normas para esse grupo se encontram aprovadas no âmbito da Resolução Consup n.º 049/2021.

5.4. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo e propositivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos PPCs superiores de graduação do IFFar.

São atribuições do NDE:

- I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
- V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do PPC, zelando pela sua integral execução;
- VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;
- VII - utilizar os resultados da autoavaliação institucional, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas; e
- VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, estabelecendo metas para melhorias.

O NDE deve ser constituído por, no mínimo, cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso, escolhido por seus pares, dentre esses o(a) coordenador(a) do curso, que deve ser membro nato, para um mandato de três anos. Nos cursos de Tecnologia, quando não houver entre os docentes um profissional da pedagogia para compor o NDE, pode ser prevista a participação de um profissional do Setor de Assessoria Pedagógica como membro consultivo, quando o NDE julgar necessário.

A cada reconstituição do NDE, deve ser assegurada a permanência de, no mínimo, 50% dos integrantes da composição anterior, de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

As normas para o Núcleo Docente Estruturante se encontram aprovadas no âmbito da Resolução Consup n.º 049/2021.

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Os Técnicos Administrativos em Educação no IFFar têm o papel de auxiliar na articulação e no desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, com o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta de ensino, pesquisa e extensão na Instituição. O IFFar *Campus* Santo Ângelo conta com:

Nº	Setores	Técnicos Administrativos em Educação
1	Biblioteca	1 Bibliotecária e 2 Auxiliares de Biblioteca
2	Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	1 Assistente Social, 1 Técnica em Assuntos Educacionais, 1 Nutricionista, 1 Médica, 1 Odontóloga, 1 Enfermeira, 1 Técnico em Enfermagem e 3 Assistentes de Aluno.
3	Coordenação de Ações Inclusivas e Ações Afirmativas (CAA)	2 Tradutoras e Intérpretes de Libras
4	Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)	1 Técnico em Secretariado e 3 Assistentes em Administração
5	Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI)	1 Analista de TI, 1 Assistente de laboratório de Informática e 2 Técnicos em Tecnologia da Informação
6	Setor de Estágio	1 Assistente em Administração
7	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP II: Fruticultura	1 Técnico em Agropecuária
8	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - Alimentos	1 Técnica de Laboratório de Agricultura
9	Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP IV: Mecanização Agrícola e Culturas Anuais	1 Técnico em Agropecuária
10	Setor de Assessoria Pedagógica (SAP)	1 Técnica em Assuntos Educacionais e 1 Pedagoga

5.6. Políticas de capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

A qualificação dos servidores é princípio basilar de toda instituição que prima pela oferta educacional qualificada. O IFFar, para além das questões legais, está compromissado com a promoção da formação permanente, da capacitação e da qualificação, alinhadas à sua Missão, Visão e Valores. Entende-se a qualificação como o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor constrói conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento na carreira.

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, as seguintes ações são realizadas no IFFar:

- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP) – disponibiliza auxílio em três modalidades: bolsa de estudo, auxílio-mensalidade e auxílio-deslocamento;
- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) – tem o objetivo de promover a qualificação, em nível de pós-graduação stricto sensu, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizada em serviço, em instituições de ensino conveniadas para MINTER e DINTER.
- Afastamento Integral para pós-graduação stricto sensu – são destinadas vagas para afastamento integral correspondentes a 10% (dez por cento) do quadro de servidores do IFFar, por categoria.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus* Santo Ângelo oferece aos estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessário ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O *Campus* Santo Ângelo do IFFar opera com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, *Pergamum*, possibilitando fácil acesso acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

O IFFar também conta com um acervo digital de livros, por meio da plataforma de *e-books Minha Biblioteca*, uma base de livros em Língua Portuguesa formada por um consórcio onde estão as principais editoras de livros técnicos e científicos. O acervo inclui bibliografias de vários cursos do IFFar e é destinado a toda comunidade acadêmica, podendo ser acessado de qualquer computador, notebook, *tablet* ou *smartphone* conectado à Internet, dentro ou fora da Instituição. Para tanto, é necessário que o usuário tenha sido previamente cadastrado no *Pergamum*, o sistema de gerenciamento de acervo das bibliotecas do IFFar. Além de leitura *online*, também é possível baixar os livros para leitura *offline*.

6.2. Áreas de ensino específicas

Descrição	Quantidade
Salas de aulas de 70m ² , com 35 conjuntos escolares, quadro branco, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	08
Salas de aulas de 63m ² , com 35 conjuntos escolares, quadro branco, ar-condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	10
Sala de Direção Geral	01
Sala de Direção de Ensino e Coordenação Geral do Ensino	01
Sala do Setor de Assessoria Pedagógica (SAP)	01
Sala de Direção de Pesquisa, Extensão, Produção e Inovação e Estágios	01
Sala de Coordenação de Pesquisa, Extensão, Produção e NIT	01
Sala de Direção de Administração	01
Sala de Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01
Sala de Coordenação de Gestão de Pessoas e Protocolo	01
Sala de Tecnologia da Informação (TI)	01
Setor Administrativo	01
Sala de Professores	09
Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA)	01

Sala de Reuniões	02
Sala da Coordenação de Ações Inclusivas e Ações Afirmativas (CAA)	01
Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	01
Sala de Atendimento Individualizado (Assistência Estudantil)	01
Salas adaptadas para pessoas com deficiência	11
Copa	04
Almoxarifado	01
Auditório	01
Estúdio de Áudio e Vídeo	01
Cantina	01
Quadra poliesportiva coberta de 450 m ²	01
Campo de futebol com dimensões oficiais, com pista de atletismo de seis raias	01
Quadra de areia para prática de voleibol	01
Espaço de Convivência	01
Sala de Atendimento Individualizado de Alunos	01
Sala da Assistência Estudantil -Localizada junto ao Centro de Saúde, contendo recepção, sala de atendimento aos estudantes e setores da saúde.	01
Centro de Saúde com: - Sala de acolhimento; - Sala de medicação; - Consultório médico; - Consultório Odontológico; - Consultório e Sala de atendimento de enfermagem.	01
- Galpão de maquinários e insumos agrícolas	01
- Casa para Laboratório de Alimentos, sala de reuniões e guarda de pequenos equipamentos	01
OB: Todas as instalações do campus contam com recursos de acessibilidade, como Piso Tátil, Plataforma Vertical de Elevação (nos prédios administrativo e pedagógicos) e Placas Indicativas em Braille.	

6.3. Laboratórios

Descrição	Quantidade
Laboratório de Anatomia Humana e Biologia/Citologia e Histologia: sala de 70m ² com bancadas para 35 alunos.	01
Laboratório de Informática: sala de 70m ² com 40 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	05
Laboratório de Informática: sala de 34m ² para 17 alunos	01
Laboratório de Matemática e Física: sala de 70m ² com bancadas para 35 alunos.	01
Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção – LEPEP I: Horticultura	01
Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP II: Fruticultura	01
Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP III: Laboratório de Alimentos	01
Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção - LEPEP IV: Mecanização Agrícola e Culturas Anuais	01

6.4. Áreas de esporte e convivência

Descrição	Quantidade
Quadra poliesportiva coberta de 450 m ²	01
Campo de futebol com dimensões oficiais, com pista de atletismo de seis raias	01
Quadra de areia para prática de voleibol	01
Espaço de Convivência	01

6.5. Áreas de atendimento ao discente

Descrição	Quantidade
Setor da Saúde	01
Assistência Estudantil	01
Espaço de Convivência	01
Setor de Assessoria Pedagógica – SAP	01
Sala da Coordenação	01
Sala de Atendimento individualizado	01
Sala do CAE	01
Sala do CAA/CAPNE	01

6.6. Áreas de apoio

Descrição	Quantidade
Culturas anuais (soja, trigo, milho, etc.)	20 ha
Silvicultura	1,5 ha
Pomar	1,2 ha
Horta	0,4 ha
Cultura de subsistência	1 ha
Forrageira	3,5 ha

O *Campus* Santo Ângelo possui uma área total de 50 hectares. Os espaços de produção, além dos já existentes, são dimensionados para atender às necessidades específicas dos cursos do eixo de recursos naturais, como é o caso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

_____. Presidência da República. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

_____. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

_____. Presidência da República. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

_____. Presidência da República. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

_____. Presidência da República. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Republicada em fevereiro de 2012. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://200.17.98.44/naps/wp-content/uploads/2013/06/5753091305116-Portaria-Normativa-N%C2%BA-18-de->

[11-de-outubro-de-2012.pdf](#).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 178, de 28 de novembro de 2014. Aprova o projeto do Programa Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20928/678063b3d55f50113928e95f6ce93fe6>

_____. Conselho Superior. Resolução Consup nº 046, de 20 de junho de 2013. Aprovar a Convalidação dos cursos criados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal do Alegrete, que continuaram sendo ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11892/2008. Disponível em:

http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013525151818672resolucao_n%C2%BA_046_2013.pdf

_____. Conselho Superior. Resolução Consup nº 12, de 30 de março de 2012. Aprova a Política Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:

http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201252285014605politica_de_assistencis_estudantil_do_if_farroupilha.pdf

_____. Conselho Superior. Resolução Consup nº 073, de 12 de setembro de 2013. Aprovar o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. Disponível em:

http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201381315221192resolucao_n%C2%BA_073_2013.pdf

_____. Conselho Superior. Resolução Consup nº 12, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, nacional e internacional, no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em:

http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201452411145134resolucao_n%C2%BA_012_2014_-_mobilidade_academica_do_instituto_federal_farroupilha.pdf

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 010, de 30 de março de 2016. Regulamenta a realização de Estágio Curricular Supervisionado para os Cursos Técnicos de Nível Médio, Superiores de Graduação e de Pós-Graduação. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/3791/a95c61eb00b637200a33ea75b562329e>

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 087, de 13 de dezembro de 2017. Aprova as alterações do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/8548/ea5524d1e349010ab2e43f6cfa043ba6>

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 79/2018, de 13 de dezembro de 2018. Aprova a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17374/52350ac24128d7696fe6f4c4d6e3a100>

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 049, de 18 de outubro de 2021. Define as Diretrizes Administrativas e Curriculares para a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/28189/1a0701ae43f3a8c60e38729aa10d9713>

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º 15, de 19 de agosto de 2022. Regulamenta a curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/33963/dbacd6c77e11e4ca7890d6a28ce8df48>.

_____. Conselho Superior. Resolução Consup n.º. 47, de 26 de setembro de 2022. Homologa a Resolução *Ad Referendum* Nº 15, de 19 de agosto de 2022, que regulamenta a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. Disponível em: <https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/34024/eb13c7bfe83b48d8dbd13f0b8e77aa118>

_____. Instrução Normativa nº 01/2022. Dispõe sobre os procedimentos para atualização, alteração de condições de oferta e ajuste curricular de Projeto Pedagógico de Curso, Transição e Migração Curricular no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

_____. Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 - 2018. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2014816145120955pdi_2014_2018.pdf

8. ANEXOS

8.1. Resoluções



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO *Ad Referendum* N° 008/2017

Aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha e os autos do Processo n° 23719.000219/2017-74,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 03 de julho de 2017.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 032/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

Homologa a Resolução Ad Referendum n° 008/2017, que aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo n° 23719.000219/2017-74; o Regulamento do Conselho Superior; com a aprovação com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer n° 021/2017/CEE; da Câmara Especializada de Administração, Desenvolvimento Institucional e Normas, com o Parecer n° 015/2017/CADIN; e do CONSUP, nos termos da Ata N° 005/2017, da 2ª Reunião Extraordinária do CONSUP, realizada em 14 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos e na forma constantes do anexo, a Resolução Ad Referendum n° 008/2017, que aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 14 de julho de 2017.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 042/2017, DE 14 DE JULHO DE 2017

Aprova o Projeto Pedagógico e autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo n° 23719.000220/2017-07; o Regulamento do Conselho Superior; com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer n° 019/2017/CEE; e do CONSUP, nos termos da Ata N° 005/2017, da 2ª Reunião Extraordinária do CONSUP, realizada em 14 de julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e na forma constantes do anexo, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - AUTORIZAR o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 3º - O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio – Campus Santo Ângelo, aprovado por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 14 de julho de 2017.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE



RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 89 / 2022 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 21 de dezembro de 2022.

Aprova o Ajuste Curricular no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), *Campus* Santo Ângelo.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, tendo em vista o disposto no Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, em conformidade com o art. 9º o do Estatuto do IFFar, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, X, da Resolução Consup Nº 4, de 26 de abril de 2019 (Regulamento do Conselho Superior) e, de acordo com os autos do Processo Eletrônico Nº 23719.000220/2017-07, com aprovação da Câmara Especializada de Ensino - CEE, por meio do Parecer CEE Nº 055/2022, na 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior - Consup, realizada em 16 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º APROVAR, nos termos e na forma constantes no anexo, o Ajuste Curricular no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), *Campus* Santo Ângelo.

Art 2º A publicação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do IFFar, *Campus* Santo Ângelo, no site institucional, será providenciada pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor em 28 de dezembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 21/12/2022 16:32)
PATRICIA ALESSANDRA MENEGUZZI METZ DONICHT
REITOR

Processo Associado: 23719.000220/2017-07

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **89**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **21/12/2022** e o código de verificação: **f3863e447e**

8.2. Regulamentos

- Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Campus Santo Ângelo
RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS
Fone/FAX: (55) 3931-3900
E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

**Santo Ângelo – RS
2022**

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, SUA NATUREZA E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08 e o Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (Resolução Conselho Superior nº10/2016).

Art. 2º Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório previsto para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – *Campus Santo Ângelo*.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem como objetivos:

- I. Conhecer as relações sociais que se estabelecem no mundo produtivo;
- II. Complementar o ensino e a aprendizagem, relacionando conteúdos e contextos;
- III. Propiciar a familiarização do educando com a futura atividade profissional;
- IV. Facilitar o processo de atualização de conteúdos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;
- V. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, investindo em novas gerações de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
- VI. Promover a integração da instituição com a comunidade;
- VII. Proporcionar ao aluno vivência com as atividades desenvolvidas por instituições públicas ou privadas e interação com diferentes diretrizes organizacionais e filosóficas relacionadas à área de atuação do curso que frequenta;
- VIII. Incentivar a integração do ensino, pesquisa e extensão através de contato com diversos setores da sociedade;
- IX. Proporcionar aos alunos às condições necessárias ao estudo e soluções dos problemas demandados pelos agentes sociais;
- X. Fomentar atividades de iniciação científica, de pesquisa, de ensino e de extensão.

CAPÍTULO II

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio poderá ser realizado em:

- I. Cooperativas, propriedades rurais e organizações do Agronegócio;
- II. Órgãos públicos e privados com atuação no setor agropecuário, nacional ou internacional;
- III. Órgãos de prestação de serviços nos diversos setores da economia;
- IV. Instituições de ensino, pesquisa e extensão tanto nacional quanto internacional;
- V. Instituição de origem, em atividades relacionadas ao agronegócio.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio terá duração de 120 horas e deverá ser realizado após a primeira metade do curso.

Parágrafo único. O aluno do curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio poderá realizar o estágio obrigatório a partir do momento em que tenha cursado 1080 horas em componentes curriculares obrigatórios (disciplinas).

Art. 6º A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é de 120 horas que deverão ser cumpridas integralmente no campo de estágio.

Art. 7º A jornada de atividade em estágio será definida entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares, respeitando o disposto no Artigo 10 da Lei 11.788/2008.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO

Art. 8º O estudante deverá estar regularmente matriculado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

§ 1º A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório implica no reconhecimento e na aceitação por parte do estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 9º A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, será precedida da celebração obrigatória do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Instituto Federal Farroupilha e a Parte Concedente de Estágio e da Elaboração do Plano de Atividades de Estágio.

§ 1º As formalizações previstas no caput serão providenciadas pela Coordenação de Extensão e Setor de Estágio do *Campus*.

§ 2º O estudante deverá encaminhar ao Setor de Estágio do *Campus* o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Plano de Atividades de Estágio, assinado pelo estudante e Parte Concedente, em até cinco dias úteis após o início das atividades de estágio.

Art. 10 Ao final do estágio deverá ser entregue junto ao Setor de Estágio a Ficha de avaliação da Parte Concedente.

Parágrafo único. É responsabilidade do estudante solicitar a documentação necessária junto ao Setor de Estágio do *Campus*, antes do início do estágio.

Art. 11 Os estagiários poderão realizar contato com o campo de estágio mediante carta de apresentação, a qual será fornecida pela Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do IFFar *Campus* Santo Ângelo.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 12 Compete à Coordenação de Extensão:

I. Orientar Coordenadores de Curso sobre trâmites legais para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

- II. Auxiliar os Coordenadores de Curso na orientação dos estudantes sobre os procedimentos para a realização do estágio;
- III. Identificar, cadastrar e avaliar locais para a realização de estágios;
- IV. Divulgar oportunidades de estágio;
- V. Auxiliar os estudantes na identificação de oportunidades de estágio.

Art. 13 Compete ao Setor de Estágios do *Campus*:

- I. Providenciar o termo de convênio, o termo de compromisso de estágio com a(s) Parte(s) Concedente(s), o respectivo Plano de Atividades de Estágio e demais documentos necessários;
- II. Solicitar e verificar demais documentos obrigatórios para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- III. Protocolar o recebimento do Plano de Atividades de Estágio.

Art. 14 Compete ao estagiário:

- I. Solicitar Professor Orientador;
- II. Retirar documentação no Setor de Estágios do *Campus*;
- III. Entregar Carta de Apresentação da Entidade Educacional à Parte Concedente;
- IV. Elaborar o Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado, sob orientação do Professor Orientador e do Supervisor de estágio;
- V. Fornecer a documentação solicitada pelo Setor de Estágios do *Campus* de acordo com a orientação;
- VI. Participar de todas as atividades propostas pelas Coordenações responsáveis, pelo Professor Orientador e pelo Supervisor de Estágio;
- VII. Participar das reuniões de orientação do estágio;
- VIII. Entregar no Setor de Estágios do *Campus* uma via do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado no prazo máximo de cinco dias úteis após o início das atividades de estágio na Parte Concedente.

Parágrafo único. A escolha da Parte Concedente e da área de interesse de realização de estágio é de responsabilidade do educando, desde que as atividades a serem desenvolvidas no estágio tenham relação com o curso.

Art. 15 Compete ao Estagiário durante a realização do estágio na Parte Concedente:

- I. Prestar informações e esclarecimentos, julgados necessários pelo Supervisor do estágio;
- II. Ser responsável no desenvolvimento das atividades de estágio;
- III. Cumprir as exigências definidas no Termo de Compromisso;
- IV. Respeitar os regulamentos e normas;
- V. Cumprir o horário estabelecido;
- VI. Não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinente ao ambiente organizacional que realiza o estágio;
- VII. Participar ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto;
- VIII. Ser cordial no ambiente de estágio;
- IX. Responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligência, imprudência ou imperícia;

- X. Zelar pelos equipamentos e bens em geral;
- XI. Observar as normas de segurança e higiene no trabalho;
- XII. Entregar, sempre que solicitado, os relatórios internos da instituição;
- XIII. Enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados;
- XIV. Comunicar ao Professor Orientador e às Coordenações responsáveis, toda ocorrência que possa estar interferindo no andamento do estágio.

Art. 16 Compete ao estagiário após a realização do estágio:

- I. Entregar a Ficha de Avaliação de Estágio da parte concedente ao Setor de Estágios e demais documentos solicitados;
- II. Elaborar o Relatório de Estágio Final sob a orientação do professor orientador;
- III. Encaminhar, à Banca Examinadora, os Relatórios de Estágio, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, considerando a data definida para a respectiva defesa;
- IV. Elaborar e entregar o Relatório de Estágio Final ao Professor Orientador;
- V. Participar da Banca de Estágio;
- VI. Entregar o Relatório de Estágio com as devidas correções à Coordenação do Curso no prazo de até 15 (dias) após a realização da Banca de Estágio.

Art. 17 Compete ao Supervisor de Estágio da Parte Concedente:

- I. Acompanhar a elaboração e a realização do Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II. Enviar a Ficha de Avaliação do Estagiário, após o término do estágio para o Setor de Estágios do *Campus*;
- III. Por ocasião do desligamento do estagiário, encaminhar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

§ 1º O Supervisor de estágio da Parte Concedente deverá ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento de desenvolvimento do estágio.

§ 2º Não existindo essa condição caberá ao Coordenador de Curso autorizar ou não a realização do estágio.

Art. 18 Compete à Coordenação de Curso:

- I. Orientar e esclarecer os estudantes sobre as formas e os procedimentos necessários para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório de acordo com o que prevê o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Auxiliar o estudante na escolha do Professor Orientador;
- III. Acompanhar o trabalho dos orientadores de estágio;
- IV. Organizar o calendário dos seminários para apresentação dos estágios;
- V. Encaminhar para a Coordenação de Registros Acadêmicos os resultados finais, para arquivamento e registro nos históricos e documentos escolares necessários;
- VI. Encaminhar os relatórios do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para arquivamento conforme normas institucionais de arquivo e acervo acadêmico;
- VII. Zelar pela distribuição equitativa do número de estagiários por professor orientador.
- VIII. Fornecer a Carta de Apresentação para o contato com o campo de estágio.

Art. 19 Compete à Diretoria de Ensino acompanhar junto à Coordenação do Curso a concretização da dimensão pedagógica do estágio do curso.

Art. 20 Compete à Parte Concedente:

- I. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- II. Indicar supervisor, de seu quadro funcional, com formação profissional na área de conhecimento de desenvolvimento do estágio;
- III. Fornecer documentação necessária para a formalização do estágio;
- IV. Comunicar ao Setor de Estágios alguma falta ou ocorrência que porventura aconteça;
- V. Por ocasião do desligamento do estagiário, informar o Setor de Estágios e enviar termo de rescisão de estágio.

Art. 21 Compete ao Professor Orientador:

- I. Auxiliar os estudantes na identificação de oportunidades de estágio.
- II. Auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- III. Orientar o estagiário durante as etapas de encaminhamentos e de realização das atividades de estágio;
- IV. Acompanhar as atividades de estágio;
- V. Avaliar o desempenho do estagiário e o Relatório Final de Estágio;
- V. Participar do seminário de apresentação do estágio;
- VI. Comunicar irregularidades ocorridas no desenvolvimento do estágio à Coordenação de Extensão e ao Coordenador do Curso.

Parágrafo único. O Professor Orientador deverá ser preferencialmente da área do Curso e, quando o requisito não for cumprido, a designação deverá ser justificada.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 22 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório seguirá parâmetros definidos na Ficha de Avaliação de Defesa de Estágio, conforme modelo aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 23 A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será composta por três notas:

- I. Ficha de Avaliação da Parte Concedente;
- II. Avaliação do Relatório de Estágio;
- III. Avaliação da Apresentação Oral do Estágio.

Art. 24 As três notas terão peso igual (10), sendo realizada a média aritmética para a determinação da nota final do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 25 Após a Defesa do Estágio, o aluno terá prazo de até 15 (dias) para entregar o Relatório de Estágio com as devidas correções, se sugeridas.

Art. 26 A Banca Examinadora deverá ser composta por três avaliadores, sendo obrigatoriamente o Professor Orientador, um professor da área e um terceiro avaliador que poderá ser um docente ou um técnico-administrativo em educação ou ainda, um convidado externo (exceto o supervisor de estágio da parte concedente), com formação na área de atuação, equivalente ou superior ao avaliado.

Art. 27 A duração da Defesa de Estágio será de até 1 hora, sendo os primeiros 20 (vinte) minutos destinados à apresentação. Será atribuída da Banca de Avaliação adequar o restante do tempo para arguição, encaminhamentos e deliberações finais.

Art. 28 A aprovação do aluno, no Estágio, estará condicionada:

I - Ao comparecimento para a Defesa do Estágio na data definida, salvo com justificativa amparada por lei;

II - À obtenção de nota mínima 7,0 (sete);

III - À entrega da versão final do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no prazo estipulado pela instituição, exceto em situações previstas em lei.

Parágrafo único - Será considerado automaticamente reprovado o trabalho em que for detectado plágio, no todo ou em partes. Será considerado plágio a utilização total ou parcial de textos de terceiros sem a devida referência.

Art. 29 Em caso de reprovação, expressa por escrito pela Banca de Avaliação, o aluno deverá realizar novamente o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, obedecendo aos prazos legais de conclusão de curso.

Parágrafo único. A Banca de Avaliação terá a possibilidade de vincular a aprovação a uma nova apresentação e/ou reformulação da redação do relatório, com prazos determinados pela própria banca, devendo tais recomendações serem entregues por escrito, respeitado o prazo limite da instituição com relação a data que antecede à formatura.

Art. 30 A Parte Concedente realizará avaliação mediante preenchimento do formulário próprio, enviado pelo setor de estágios do *Campus*.

Art. 31 Os prazos para entrega dos documentos comprobatórios de Estágio Curricular Supervisionado, estabelecidos pela Diretoria/Coordenação de Extensão, devem ser rigorosamente observados sob pena do estudante não obter certificação final de conclusão do curso, em caso de inobservância dos mesmos.

Art. 32 O acadêmico fica impedido de obter certificação final de conclusão do curso, enquanto não tiver seu Relatório de Estágio aprovado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 É de exclusiva responsabilidade do estagiário cumprir as atividades assinaladas neste regulamento.

Art. 34 Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio desta Instituição.

Art. 35 Quaisquer dúvidas que eventualmente venham a ocorrer referente ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e que não constem neste regulamento, deverão ser encaminhadas à Coordenação de Extensão e Coordenação de Curso, e caso necessário, consultadas instâncias superiores para as devidas orientações.